



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável

SILVANA ROSA DE JESUS RAMOS

**LEVANTAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS:
ESTUDO DA CRIMINALIDADE FRENTE À EXPANSÃO DO SETOR
SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE GOIÁS**

Goiânia
2012

SILVANA ROSA DE JESUS RAMOS

**LEVANTAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: ESTUDO DA
CRIMINALIDADE FRENTE À EXPANSÃO DO SETOR
SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ecologia e Produção Sustentável, sob a orientação do Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável
Goiânia, 2012

R175l Ramos, Silvana Rosa de Jesus.

Levantamento de indicadores socioeconômicos : estudo da criminalidade frente à expansão do setor sucroalcooleiro no estado de Goiás [manuscrito] / Silvana Rosa de Jesus Ramos. – 2012.

66 f. : il. grafs.

Bibliografia

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, 2012.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

1. Cana de açúcar - indicadores socioeconômicos – Goiás. 2. Setor sucroalcooleiro - criminalidade. 3. Cana de açúcar – cultivo - Goiás. I. Título.

CDU: 338.45:633.61(817.3)(043.3)

SILVANA ROSA DE JESUS RAMOS

LEVANTAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS:
ESTUDO DA CRIMINALIDADE FRENTE À EXPANSÃO DO SETOR
SUCROALCOOLEIRO NO ESTADO DE GOIÁS

APROVADO EM: -----/-----/-----

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa - PUC-Goiás

(Orientador)

Prof. Dra. Cleonice Rocha - PUC-Goiás

(Membro)

Prof. Dr. Francisco Itami Campos – Unievangélica-Goiás

(Membro)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas maravilhosas que preenchem os meus dias e dão sentido a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus que permitiu a realização deste trabalho, pois não cai uma só folha das árvores sem que ele permita.

Ao meu orientador Professor Dr. José Paulo Pietrafesa, pela grande ajuda e ensinamentos no desenvolver e conclusão deste trabalho.

Ao Professor MSc. Marcelo Carboni Gomes, por acreditar, incentivar e apoiar nos momentos fundamentais. Minha admiração e respeito pela genialidade como pesquisador e simplicidade como pessoa.

À minha família, pela compreensão nos momentos de ausência e paciência durante todo o processo da obtenção deste resultado.

Aos amigos de jornada de trabalho do Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar de Goiás, pelo auxílio abnegado nas tarefas cotidianas e pelas contribuições no tempo certo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Análise de correlação de produção de cana-de-açúcar e variáveis criminais nas microrregiões do estado de Goiás durante o período de 2005 a 2010..... **56**

Tabela 02: Análise de correlação da área colhida de cana-de-açúcar e variáveis criminais nas microrregiões do estado de Goiás durante o período de 2005 a 2010..... **56**

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Fluxo padrão de encaminhamento dos eventos	31
Figura 02:	Microrregião São Miguel do Araguaia - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas	39
Figura 03:	Microrregião São Miguel do Araguaia - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares.....	40
Figura 04:	Microrregião Rio Vermelho - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas	40
Figura 05:	Microrregião Rio Vermelho - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares.....	41
Figura 06:	Microrregião Pires do Rio - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas ..	41
Figura 07:	Microrregião Pires do Rio - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares.....	42
Figura 08:	Microrregião Porangatu - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas ..	42
Figura 09:	Microrregião Porangatu - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares.....	43
Figura 10:	Microrregião Rio dos Bois - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas	43
Figura 11:	Microrregião Rio dos Bois - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares	44
Figura 12:	Microrregião Quirinópolis - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas	44
Figura 13:	Microrregião Quirinópolis - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares	45
Figura 14:	Microrregião Meia Ponte - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas .	45
Figura 15:	Microrregião Meia Ponte - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares	46
Figura 16:	Microrregião Ceres - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas	46
Figura 17:	Microrregião Ceres - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ocorrências de Furto nas Oito Microrregiões.....	51
Gráfico 02: Ocorrências de Roubo nas Oito Microrregiões	51
Gráfico 03: Ocorrências de Tentativa de Homicídio nas Oito Microrregiões	52
Gráfico 04: Ocorrências de Homicídio nas Oito Microrregiões	52
Gráfico 05: Ocorrências de Latrocínio nas Oito Microrregiões	53
Gráfico 06: Ocorrências de Estupro nas Oito Microrregiões	53
Gráfico 07: Ocorrências de Vias de Fato nas Oito Microrregiões.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APF	Auto de Prisão em Flagrante
BAT	Boletim de Acidente de Trânsito
BO	Boletim de Ocorrência
CIAE	Centro Integrado de Atendimento a Emergências
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional do Abastecimento
CP	Código Penal Brasileiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DGPC	Delegacia Geral da Polícia Civil
FAEG	Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
GO	Goiás
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLANALÇÚCAR	Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRÓ-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIFAEG	Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás
SINESPJC	Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
SNGCSP	Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SSJ	Secretaria de Segurança Pública e Justiça
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TCO	Termo Circunstanciado de Ocorrência
UNICA	União da Indústria de Cana-de-açúcar

RESUMO

A presente pesquisa tem como base levantamento bibliográfico e compilação de indicadores estatísticos obtidos através dos bancos de dados disponibilizados por entidades, que mantêm a guarda e o monitoramento de informações do agronegócio de Goiás, as quais subsidiam políticas públicas de Governo. No foco deste estudo está a cultura da cana-de-açúcar que é apresentada como uma *commodity* que alavanca a economia do País e com reflexos no estado de Goiás. A janela de percepção desta impulsão socioeconômica e seus resultados se dão no período de 2005 até 2010, onde foram selecionadas as oito microrregiões goianas que mais se desenvolvem na agropecuária do Estado. Buscou-se traçar um paralelo entre a produção de cana-de-açúcar nestas regiões, com o aumento do poder aquisitivo da população e os índices de criminalidade registrados a partir de 2005 até 2010, período inicial este em que a Secretaria de Segurança Pública e Justiça começou a disponibilizar abertamente as informações de ocorrências em Goiás. Além do exposto, são observadas as origens do plantio e a consolidação da cultura no estado de Goiás, os movimentos migratórios de pessoas em busca de oportunidades de trabalho neste ramo de atuação, a análise dos indicadores socioeconômicos destas microrregiões com economia baseada na cana-de-açúcar e a análise dos índices de criminalidade, os quais são apresentados como pano-de-fundo na investigação sobre a ligação entre crimes e progresso. Cabe salientar que o objetivo geral deste estudo consiste em apresentar uma “fotografia” destas relações e identificar possíveis fatores que elevam as ocorrências nestas regiões, além de apresentar sugestões que possam colaborar com os órgãos de segurança pública de forma a tratar estas ocorrências a fim de reduzir os índices de criminalidade futuros. A metodologia de pesquisa baseou-se na correlação entre a produção e área colhida de cana-de-açúcar e as ocorrências de crimes no mesmo período. Pode-se observar a correlação entre a prática destes crimes em microrregiões com aumento consistente da produção de cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos, criminalidade, setor sucroalcooleiro, Estado de Goiás.

ABSTRACT

This research is based on literature review and compilation of statistical indicators obtained from the databases provided by entities that maintain custody and tracking information agribusiness Goiás, which subsidize public policies of Government. In the focus of this study is the culture of sugar cane that is presented as a commodity that leverages the country's economy and reflexes in the state of Goiás. The window of perception of socioeconomic and push their results are given from 2005 until 2010, where the eight were selected microregions that more Goiás develop agriculture in the state. We sought to draw a parallel between the production of cane sugar in these regions, with the increased purchasing power of the population and crime rates recorded from 2005 until 2010, this initial period in which the Department of Public Safety and Justice began openly available information on events Goiás addition to the above, are subject to the origins and consolidation of planting the crop in the state of Goiás, the migration of people in search of job opportunities in this line of business, analysis of socioeconomic indicators with these micro economy based on sugar cane and analysis of crime rates, which are presented as cloth-of-fund research into the link between crime and progress. It should be noted that the aim of this study is to provide a "snapshot" of these relationships and identify possible factors that increase the occurrences in these regions, and make suggestions that can collaborate with the public security organs in order to treat these occurrences to reduce future crime rates. The research methodology was based on the correlation between production and harvested area of sugar cane and the occurrences of crimes in the same period. One can observe the correlation between their crimes microregions with consistent increase in the production of cane sugar.

Key-words: Socioeconomic indicators, crime, alcohol sector, State of Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS.....	18
1.1. A MIGRAÇÃO DOS “ANDORINHAS”	20
1.2. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	23
1.3. UMA VISÃO SOBRE A CRIMINALIDADE	24
2. ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS E DA CRIMINALIDADE	28
2.1. CARACTERÍSTICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA	28
2.2. DESCRIÇÃO DA INICIATIVA EM GOIÁS	30
2.3. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	37
2.4. ANÁLISE DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE	47
2.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	55
3. CONCLUSÃO	59
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

INTRODUÇÃO

O tema “Levantamento de indicadores socioeconômicos: Estudo da criminalidade frente à expansão do setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás” teve como base conhecer aspectos da cana-de-açúcar e sua história que marcaram o desenvolvimento no Estado de Goiás, como por exemplo, a marcha para o Oeste, implementada no governo Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação dos vazios demográficos por meio da absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do País (PESSOA, 1999).

Neste processo histórico, o final do século XX presenciou o crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do progresso. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade nesta questão levou à concepção desta pesquisa, pois a expansão da lavoura sucroalcooleira pode implicar na perda da biodiversidade e sua manutenção (FERES et al. 2009), além da ampliação de formas degradantes de trabalho nos canaviais e possíveis desvios de condutas ou crimes decorrentes desta situação.

O estado de Goiás e a região Centro-Oeste, vivenciaram a partir dos anos 2000 um terceiro ciclo migratório, ou uma “terceira marcha” (PIETRAFESA, SAUER, SANTOS, 2011). Podemos observar a magnitude desta nova marcha, através da manchete do Jornal O Popular “Goiás terá maior área para cana do Brasil” de 21/09/2009:

[...] o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, apresentado pelo Governo Federal na semana passada, deu a Goiás a maior área para plantio do Brasil. O Estado terá 12,6 milhões de hectares disponíveis, que representam mais uma vez e meia, toda a área plantada hoje no País (7,5 milhões de hectares) a disponibilidade de terra é suficiente para colocar Goiás no topo do ranking nacional de produção canavieira [...] (POPULAR, 2009)

Mesmo que as informações acima fossem apenas potencialidades e não representassem o ritmo de expansão, se faz necessário explorar programas de ação social, econômica e ambiental para perceber a avalanche de cana e usinas planejadas neste espaço.

Com relação aos desvios de conduta e/ou crimes cometidos, foram considerados os índices de criminalidades e tipos de crime praticados nas oito microrregiões do Estado de Goiás estudadas, em que mais se desenvolve a agropecuária do estado de Goiás: Pires do Rio, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Meia Ponte, Vale Rio dos Bois, Ceres e Quirinópolis. O recorte temporal escolhido foi de 2000 a 2010, pois os dados obtidos junto ao órgão responsável, Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, passaram a fazer parte da estatística oficial a partir de 2005 após convênio estabelecido com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Para desenvolver este estudo optou-se por iniciar com levantamento bibliográfico, em literatura especializada, visando subsidiar a pesquisadora de conhecimentos acerca da expansão da cana-de-açúcar no Brasil e em especial no Estado de Goiás, bem como sobre criminalidade, criminologia, indicadores sociais e econômicos das microrregiões, onde foram ainda utilizados como fontes para a pesquisa documentos oficiais, tais como: relatórios, leis, convênios, dentre outros, disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás, outros órgãos de Segurança Pública dos demais Estados da Federação, órgãos da administração pública Estadual e Federal através de meio eletrônico e/ou impresso.

De acordo com Silva e Menezes (2005 p.27-8): “[...] o ideal seria empregar métodos e não um método em particular, que ampliem as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa”.

Foram utilizados três enfoques para estudar o problema: a análise de dados das oito microrregiões (Pires do Rio, Porangatu, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Meia Ponte, Vale Rio dos Bois, Ceres e Quirinópolis), a expansão da cana-de-açúcar nestas microrregiões e a análise/relação dos índices de criminalidade por modalidade e natureza. Foram selecionados como indicadores os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contravenção penal como os de maior relevância para o estudo e qualificou-os através dos seguintes tipos: tentativa de homicídio, homicídio culposo, homicídio doloso, estupro, latrocínio (crimes contra a pessoa), furto e roubo (crimes contra o patrimônio) e vias de fato (contravenção penal).

Para implementação do processo de investigação foi utilizado o método coeficiente de correlação de *Pearson*. Com a obtenção do coeficiente buscou-se a

correlação positiva que tem como base as ocorrências entre atributos com o aumento entre estes de forma a expor esta correlação. Além do método adotado, o levantamento de indicadores sociais ligados à criminalidade, busca no estudo de criminologia, aporte entre o crescimento social e a justiça social, mas que também considere o direito das futuras gerações de conviver em uma sociedade organizada com políticas severas de segurança pública no Estado.

Esta dissertação está dividida em dois capítulos, a saber: o primeiro capítulo é constituído do referencial teórico deste trabalho, obtido através de revisão bibliográfica utilizando livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados através de sites especializados com conteúdo fidedigno na Internet; o segundo capítulo apresenta análise dos dados de criminalidade obtidos junto a Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, que são a base para as conclusões sobre o assunto em questão.

Ainda, no primeiro capítulo, discute-se a expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás, onde é apresentada a evolução do crescimento de áreas produzidas e áreas colhidas. Também é apresentada uma visão da migração dos trabalhadores para as áreas de cultivo desta cultura. Posteriormente, observamos dados relativos aos indicadores socioeconômicos e criminais existentes, relativos às microrregiões estudadas. Já no último capítulo são apresentadas informações relativas à natureza de crimes verificados nas microrregiões, os resultados da pesquisa frente aos dados coletados através do convênio estabelecido com a Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás (SSPJ – GO) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e as conclusões da investigação.

1. O CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS

Neste capítulo é apresentada a expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás, através da evolução do crescimento de áreas produzidas e áreas colhidas, além de visão da migração dos trabalhadores para as áreas de cultivo desta cultura.

A modernização da agricultura canavieira proporcionou a criação de programas governamentais de incentivos a expansão da cana-de-açúcar para diversas áreas das regiões do Brasil até então não ocupadas. No caso do Centro-Oeste, por meio da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no final de 1960, implantaram-se programas de avanço em direção às fronteiras agrícolas e aos espaços considerados vazios do território nacional (ESTEVAM, 1998).

Esse processo de interiorização do país atraiu produtores agrícolas e despertou a atenção dos grandes empresários das demais regiões do Brasil e também de agentes internacionais (PIETRAFESA, 2007).

O avanço do sistema de produção dos agros combustíveis tem transformado a ocupação territorial brasileira e colocado em marcha uma nova dinâmica de ampliação da fronteira agrícola (ORTIZ et al., 2008, p.9). Segundo os autores a expansão da cana:

[...] é facilitada por um mercado de terras pouco ordenado jurídica e socialmente, o que acarreta redução dos custos de produção, ao mesmo tempo em que concentra a propriedade da terra e inviabiliza sua utilização pela agricultura familiar [...] Por todo o País, multiplicam-se os impactos sociais e ambientais: acirramento dos conflitos de terra, exploração de mão-de-obra indígena e trabalho escravo, diminuição da produção de alimentos, deslocamento de atividades agropecuárias, aumento dos desmatamentos e expulsão de população camponesa.

A concentração e distribuição espacial de usinas estão atreladas aos principais eixos rodoviários devido à necessidade de escoamento da produção e à fatores ambientais favoráveis em especial ao solo e à disponibilidade hídrica, assim como a matéria-prima e logística (CASTRO et al., 2007).

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG, 2008), Goiás é líder nacional em atração de investimentos no setor canavieiro por apresentar excelente logística, terras boas, planas, baratas e alternativas de escoamento de produção.

Com a implantação de novas unidades produtoras, os pequenos produtores são atraídos a arrendarem suas terras (FAEG, 2008):

[...] no momento em que a maioria das culturas oferece baixa rentabilidade (quando comparado aos altos custos de produção), o produtor rural se vê tentado a trocar áreas tradicionalmente destinadas ao cultivo de grãos e as pastagens de produção de gramíneas forrageiras, arrendando a terra e atuando como “parceiro” de alguma usina sucroalcooleira. Para o proprietário rural (arrendante) não há nada mais vantajoso no momento, principalmente aquele que possui áreas de pastagens degradadas e que se encontram descapitalizados.

O assessor técnico do Ministério da Agricultura, José Robert, menciona que existem algumas questões a favor de Goiás que permite a expansão do setor (CNA, 2010):

[...] tem áreas livres da burocracia das leis ambientais e uma política tributária mais flexível. Com o problema do ICMS o produto fica menos competitivo [...]. Além dos benefícios de uma carga tributária menos sufocante, Goiás recebeu usinas que vieram de São Paulo. “Eles preferiram expandir seus negócios em Goiás. O Estado teve uma grande expansão nos últimos três anos, com 25 novas usinas que se instalaram lá”.

As reflexões dos representantes do Governo Federal brasileiro indicam que existe uma lógica de mão dupla na expansão do setor canavieiro no Brasil (PIETRAFESA, SAUER e SANTOS, 2010, p.13):

[...] De um lado o Estado facilita a consolidação do setor, financiando com recursos públicos a construção de indústrias e de plantação de lavouras de cana (somente o Fundo Constitucional para o Centro-Oeste repassou em forma de empréstimos ao setor R\$ 329,5 milhões entre os anos de 2006 a 2009 para expandirem suas lavouras de cana-de-açúcar no estado de Goiás). De outro lado, aplica a lógica neoliberal de retirada de regulações fiscais e ambientais, atendendo apenas a determinação mercadológica. Esta dubiedade poderá prejudicar a sociedade como um todo, pois a cadeia produtiva de agroenergia tem um forte passivo ambiental e social. No campo ambiental ainda existem muitos problemas com poluição do ar e efeito estufa motivados pelas grandes queimadas das lavouras de cana-de-açúcar, e por ser considerada monocultura, os locais em que estão localizadas as lavouras perde parte significativa de sua biodiversidade. No passivo social, encontram-se os constantes conflitos trabalhistas, em que o Ministério Público do Trabalho tem acionado várias indústrias por manter trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Em muitos municípios do estado de Goiás, já foram construídas e se encontram em operação as usinas ETH (Caçú), Cosan (Jataí), Cerradinho (Chapadão do Céu), Floresta (Santo Antônio da Barra), Brenco (Mineiros) e Camem (Morrinhos). Esses empreendimentos poderão gerar cerca de 10 mil novos empregos diretos e dependendo do porte, podem chegar a ter 20 mil funcionários (SIFAEG, 2010).

1.1. A MIGRAÇÃO DOS “ANDORINHAS”

Dos engenhos de açúcar, no século XVII, o padre Antônio Vieira escreveu (NASCIMENTO, 2005):

[...] Quem via na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, da gente toda de cor da mesma noite, e gemendo tudo, sem trégua e descanso [...] toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etna e Vesúvio, que é uma semelhança do inferno.

Nesse relato, o religioso denunciava um reinado que teve início em 1532 e que ainda hoje, graças à hipocrisia da sociedade brasileira, continua sem data para acabar. Quase nada mudou. A começar pela mão-de-obra, uma vez que a gente de cor da noite ainda é maioria nos canaviais. E os poucos brancos que lá trabalham, por um capricho do destino, no final do dia, também ficam negros com a fuligem e o carvão da cana queimada, que grudam nos seus corpos suados (NASCIMENTO, 2005).

Infelizmente as semelhanças não terminam aí. Se a jornada dos escravos da cana-de-açúcar era a da natureza, de sol a sol, hoje, os cortadores de cana acordam às quatro horas, preparam sua marmitta, e, no máximo, as cinco já estão no ponto do ônibus que os leva até à lavoura, muitas vezes, a mais de 100 quilômetros de casa. Eles voltam extenuados, moídos como a cana que sai da destilaria, jogando a água que sobrou das moringas. Isso porque, mesmo sob um sol escaldante, se quiserem acrescentar alguns centavos ao pouco que levam para casa, nem têm tempo de saciar a sede. Sorte pior é a dos trabalhadores vindos de outros estados, conhecidos como “Andorinhas”, que não são nem de lá nem de cá e que vivem num extremo que, às vezes, os leva às raias da loucura (NASCIMENTO, 2005).

Ironicamente, mesmo reeditando o doloroso passado no trato com seus principais colaboradores, as destilarias vivem seus melhores momentos. Elas conseguiram aumentar a área de cultivo, renovar o parque industrial e as frotas, bem como ampliar a produção. Os trabalhadores, que tiveram um importante papel na queda de braço do setor com o governo federal na crise do final dos anos 90, quando as usinas vendiam o álcool a 15 centavos, um preço bem diferente dos 90 centavos vendidos no ano de 2005. Quem não se lembra dos cortadores de cana

fechando rodovias e fazendo passeatas em Brasília? No entanto, agora, se o preço do álcool aumentou seis vezes, o salário dos cortadores quase nada mudou. (NASCIMENTO, 2005)

Na época, os usineiros utilizaram o pretexto do desemprego para usar o trabalhador em favor de seus interesses, agora usam as máquinas de cortar cana, que fazem o serviço de 80 homens, para desestimular reclamações. É exatamente isso: essas predadoras de mão-de-obra, por “coincidência”, compradas com o lucro da venda do álcool a um preço seis vezes maior que o da época das passeatas dos cortadores de cana, ficam expostas no pátio das destilarias, bem à frente dos olhos dos trabalhadores, como uma ameaça permanente, a lhes calar a voz. Essa é a parte amarga da cana-de-açúcar que a sociedade prefere não enxergar. (NASCIMENTO, 2005)

Sabe-se que os movimentos migratórios de indivíduos e grupos são parte da história da humanidade e estão cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas. Castells (2000) considera tais sociedades como em rede ou de fluxos, as quais supõem movimentos migratórios como tema constituinte dos dilemas contemporâneos.

Particularmente no caso do Brasil, (SAHOTA, 1968), ao realizar um estudo pioneiro, mesmo incluído outras variáveis tais como distância, educação, crescimento da renda e emprego, urbanização etc. concluiu que a migração interna é altamente influenciada pelas diferenças de salário entre as regiões de origem e destino. Ferreira (1996) também identificou o diferencial entre as rendas como variável explicativa dos fluxos migratórios no Brasil, embora tenha considerado ainda outras variáveis, tais como disponibilidade de terras e taxas de variação das rendas estaduais.

A partir da metade do século XX, os principais fluxos migratórios no Brasil são feitos pelos nordestinos que se dirigem para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País. Isto se deve à forte desigualdade social da região Nordeste, por consequência do clima seco e do solo pouco produtivo dos sertões associados à má distribuição de terras e de renda. Segundo Alves (2009), no início da década de 1970 a implantação de programas, tais como os Programas de Racionalização e Apoio da Agroindústria Açucareira (1971/72), do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALÇUCAR) e do Programa Nacional do Alcool (PRÓ-ALCÓOL, 1975), deu suporte ao processo de expansão, modernização,

concentração e centralização da produção do açúcar e do álcool no Brasil. De acordo com Silva e Mendes (2005), o crescimento do setor sucroalcooleiro é parte da política brasileira de exportação de produtos agrícolas com a finalidade de obter saldos positivos na balança comercial e assim poder com a política econômica de pagamento de juros da dívida externa e aumento das taxas de superávit primário.

A despeito do grande número de trabalhadores migrantes empregados no corte da cana-de-açúcar, de acordo com Silva e Miziara (2010), a partir de meados dos anos de 1980, quando as usinas começaram a utilizar máquinas para a atividade do corte de cana-de-açúcar, vem ocorrendo redução das contratações de trabalhadores rurais, especialmente dos migrantes temporários.

Uma grande parte dos trabalhadores empregados no cultivo de cana-de-açúcar na região Centro/Sul é proveniente das áreas mais pobres do país: Nordeste e Vale do Jequitinhonha. Aproximadamente sessenta e cinco por cento (65%) de todos os trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro não estão organizados em entidades sindicais, que contribui para a crescente tendência do emprego informal e precário (SILVA, 2008).

A União Nacional das Indústrias da Cana de Açúcar - UNICA (2008) contudo, defende que os índices de emprego formal no setor são superiores à média nacional: os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Relação Anual de Informações Sociais, PNAD e RAIS 2005, respectivamente indicam, para agricultura da cana-de-açúcar, 72% de emprego formal no país. As condições de trabalho são marcadas pela constante pressão pelo aumento da produtividade, já que a forma de pagamento utilizada, em especial para o corte de cana, é baseada na produtividade do trabalhador. Na década de 1980, a média exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia: em 1990, passou para 8 a 9 toneladas/dia, em 2000 para 10 toneladas/dia e em 2004 para 12 a 15 toneladas/dia (SILVA, 2005).

Como o corte de cana consiste numa atividade repetitiva, um cortador de cana anda em média quatro mil metros por dia e aplica de 6 a 10 mil golpes de facão. Segundo Rodrigues e Ortiz (2006), esta atividade reduz em aproximadamente, 10 anos a expectativa de vida do trabalhador.

Para Novaes (2009), o seguinte exemplo elucida a questão: uma usina contrata no início da safra 1.800 trabalhadores. No primeiro mês, eliminam-se aqueles trabalhadores que produziram abaixo da média da turma. No segundo mês, uma nova “poda” é programada para os menos produtivos. Assim, seleciona-se um

grupo seletivo de 1.000 trabalhadores, que irão produzir o equivalente à turma inicialmente recrutada.

Dessa forma, observa-se um fluxo de retorno de trabalhadores para a terra natal, em plena safra da cana, ou mesmo, para o trabalho em outras regiões do país.

1.2. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Os indicadores devem ser entendidos como variáveis, ou seja, a representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema, cujo objetivo principal consiste em agregar e quantificar informações ressaltando sua significância, visando melhorar o processo de comunicação e entendimento dos fenômenos complexos (VAN BELLEN, 2005).

As principais funções dos indicadores são as de comparar lugares e situações, avaliar condições e tendências em relação às metas e aos objetivos, prover informações de advertência, e antecipar futuras condições e tendências conforme coloca Albuquerque Neto *et al.* (2008) *apud* Van Bellen (2005).

Através dos indicadores sociais é possível gerar subsídios para definição de políticas públicas pelos gestores de governo, além de permitir identificar as condições de vida da população e aprofundar o conhecimento acadêmico no que tange alterações de hábitos na sociedade. O indicador social permite a identificação de evidências do cotidiano e o desenvolvimento de modelos que refletem estas ocorrências.

Em nosso cotidiano estabelecemos e vivemos o tempo todo com indicadores. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define os indicadores do seguinte modo (OCDE, 2002, p. 204):

[...] uma ferramenta de avaliação entre outras: para captar-se todo o seu sentido, devem ser interpretados de maneira científica e política. Devem, com a devida frequência, ser completados com outras informações qualitativas e científicas, sobretudo para explicar fatores que se encontram na origem de uma modificação do valor de um indicador que serve de base a uma avaliação [...]

Ainda no mesmo documento encontra-se outra definição de indicador (OCDE, 2002, p. 191):

[...] parâmetro, ou valor calculado a partir dos parâmetros, fornecendo indicação sobre ou descrevendo o estado de um fenômeno, do meio ambiente, ou de uma zona geográfica, de uma amplitude superior as informações diretamente ligadas ao valor de um parâmetro.

No início, os indicadores eram utilizados com propósitos muito específicos: a medição econômica era o principal motivo. Assim se justifica que o primeiro grupo de indicadores a ser definido fosse o grupo dos indicadores econômicos, pretendendo-se com estes medir o estado de desenvolvimento dos países em termos de seu desempenho econômico (SILVA et al, 2010). Quando a estatística passou a ser vista como ciência, os indicadores tornaram-se cruciais. Quanto mais dados se colecionassem e fossem disponibilizados, mais clara seria a necessidade de indicadores para o melhor entendimento e monitorização de sistemas complexos, pois os indicadores representam um compromisso entre a exatidão científica e a necessidade de informação concisa (SILVA et al, 2010).

O reconhecimento de que os indicadores econômicos não eram suficientes para sintetizar o quadro global da sociedade, levou a introdução dos indicadores sociais, que vieram tornar mais abrangentes não só os domínios de estudo e aplicação dos indicadores como também as suas relações. (SILVA et al, 2010).

1.3. UMA VISÃO SOBRE A CRIMINALIDADE

A criminalidade tem se apresentado em todo o território nacional. Foi-se o tempo em que podíamos dizer que as cidades do interior do Brasil estavam livres do problema da violência. Mesmo os mais remotos vilarejos apresentam grau de crimes praticados. Muitas vezes, os delitos são ocasionados pela falta de chance de colocação no mercado de trabalho e pelas oportunidades que surgem aos delinqüentes, em localidades recém-desbravadas por estes indivíduos. Como diz o ditado popular: “A ocasião faz o ladrão”.

O crescimento da criminalidade ocorre em pólos com concentração econômica particular, ou seja, que se apresenta em função de uma demanda emergente específica e não simultânea em todas as partes ou pontos geográficos (PERROUX, 1977). Diversos setores da sociedade são afetados, apresentando inúmeros efeitos, tais como: aumento da produção agrícola, da população, da renda e também da criminalidade (SPINOLA, 2003).

Os crimes são evidenciados temporalmente na sociedade através de uma taxa de produção de delitos, que se apresenta na evolução de cada grupo social, donde o estado evolutivo poderá indicar níveis diferenciados de criminalidade (DURKHEIM, 1999). Na observação sobre os crimes, Garófalo (1893) apresentou estudo sobre a criminalidade que expõe o indivíduo aos efeitos dos danos morais e físicos, tais como os crimes praticados contra a pessoa e suas contravenções que lesam psicologicamente o indivíduo; da mesma forma aqueles que impactam no patrimônio da vítima no que tange à acumulação do mesmo.

Para Becker (1968), o comportamento do criminoso está ligado à economia do bem-estar, ou seja, qual a probabilidade de insucesso do meliante versus a expectativa de retorno econômico versus o grau de intensidade da pena caso este seja preso. Desta forma o bandido avalia racionalmente os benefícios da prática criminosa e os custos associados à falha na empreitada, além da comparação com o retorno financeiro frente ao mercado de trabalho legal (BECKER, 1968).

Além disso, a educação faz parte do processo de desenvolvimento moral do indivíduo, tendo um papel fundamental na inclusão social do mesmo. Este processo de desenvolvimento moral afeta os custos morais de se cometer crimes e por conseqüência a criminalidade (BECKER, 1968).

A coisificação do fato social isola o acontecimento e busca identificar as causas e os efeitos que envolvem a ação dos indivíduos naquele contexto. Já o entendimento da ação dos atores sociais recebe uma grande contribuição de Weber (1999). Ele procurou identificar a causalidade da ação dos sujeitos e buscou entender o comportamento de cada um na ação que deu origem ao fato social. Nesse sentido, nota-se que há uma tentativa de se separar os fatores objetivos e subjetivos que estão vinculados a ação social de cada um dos envolvidos (WEBER, 1999).

A criminalidade aqui compreendida foi percebida como o conjunto dos crimes sofridos por uma sociedade (DURKHEIM, 1999). Notadamente, aqueles crimes que exercem sobre as vítimas alguma forma de agressão, excetuando-se aqueles decorrentes da violência simbólica.

O estudo abordou as categorias que delimitam a forma mais repudiada da criminalidade, aquela que produz a violência física. Já os crimes que foram

observados, para efeito de cômputo da criminalidade estão contidos nas categorias contra pessoas e contra o patrimônio.

Os dados que foram obtidos das microrregiões analisadas circunscreveram ao intervalo de tempo compreendido entre os anos de 2005 a 2010, recorte temporal coerente com a consolidação e estabilidade do processo de coleta dos dados sobre a criminalidade realizada pela Secretaria de Segurança Pública, Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento e Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação do estado de Goiás.

A segurança pública foi entendida, segundo a perspectiva de Bayley (2001), como a base na qual todos os processos sociais se apóiam e tem como princípio a manutenção da ordem pública visto que essa é a função essencial do governo. Assim, pode-se crer que aspectos relacionados à manutenção das boas condições sociais, patrocinadas pela igualdade entre os indivíduos, sob todos os aspectos, geram legitimidade da ação do Estado e, por conseguinte, melhorias nas condições da segurança da coletividade (BAYLEY, 2001).

A realização deste estudo se justificou pela constatação do aumento diferenciado da criminalidade e das transformações presentes nas cidades das microrregiões de Goiás, onde se constatou novas formas de ocupação territorial por parte de seus moradores. Essas novas cidades, constituídas por novas paisagens urbanas bem diversificadas, passam a ter setores desprovidos de investimentos públicos ao lado de outros setores bem assistidos, fornecendo um contraste entre mundos bem diferentes.

Podemos classificar os crimes no que tange à tipologia da prática em duas categorias distintas: crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa. Robert (2007) aponta como tipologia comum às categorias de crimes os seguintes delitos: crimes de homicídio, tentativa de homicídio, lesões corporais, estupro, roubos, furtos, furto e roubo de veículos.

Os estudos preliminares que buscaram compreender o delito e o criminoso voltaram-se para a determinação das características particulares dos indivíduos. A sociologia criminal de Ferri (2006) passou a descrever o homem criminoso enquanto partícipe de um ambiente social. Sua teoria se baseou nas causas dos delitos a partir das condicionantes biológicas, físicas e sociais (FERRI, 2006). Dada a sua aproximação a Lombroso (2007), ele também considerou os criminosos descritos por ele, mas incluiu o criminoso decorrente de transtorno

psíquico e o criminoso habitual. Este último tem uma tendência criminosa em razão de sua incapacidade de reabilitação. Ele é considerado um criminoso profissional.

2. ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS E DA CRIMINALIDADE

Neste capítulo são apresentados os dados coletados no que tange à produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás, durante o período de 2005 até 2010. Além disso, os dados coletados sobre violência e a ocorrência de delitos no período de 2005 até 2010 no mesmo Estado. São realizadas análises sobre estes indicadores de forma a demonstrar a evolução do número de ocorrências frente ao crescimento econômico nas microrregiões pesquisadas, oriundos do fluxo econômico observado, principalmente pelas oportunidades geradas nas usinas sucroalcooleiras.

2.1. CARACTERÍSTICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA

A história do sistema policial brasileiro no século XX foi marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Nesse contexto, a relação da segurança pública com outros órgãos foi marcada por uma ausência de mecanismos institucionais de incentivo à cooperação e articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública tendo como exemplo das polícias civis e militares. Na década de 1990, entretanto, diante do aumento da cobrança da sociedade por uma ação mais ativa na área de segurança pública, o governo federal viu-se forçado a mudar essa postura (DURANTE, 2003).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi criada através do Decreto nº 2.315 de 04 de setembro de 1997, baixado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em junho de 2000, já no segundo mandato de FHC, foram anunciadas, pela primeira vez, as diretrizes e propostas de um Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) para o Brasil e instituiu-se o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que veio complementar uma série de medidas mais abrangentes (SENASP, 2010).

Por fim, desde 2003, a SENASP vem investindo esforços na implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que tem como principal objetivo a institucionalização do sistema de segurança pública no Brasil. O SUSP foi criado em 2009 pela SENASP e tem como pauta a construção de padrões ideais de articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública municipais, estaduais e federais e

de conduta tático-operacional dos profissionais de segurança pública, a implantação de um sistema de gestão orientado para o alcance de resultados efetivos: a promoção de ações e políticas de segurança pública, orientadas pelos princípios de cidadania e direitos humanos; e uma descentralização política, visando melhorar a qualidade da prestação do serviço (SENASP, 2010).

Ao assumir a responsabilidade de gerir o SUSP, a SENASP passou a empreender esforços no sentido de deixar de ser apenas um banco de distribuição dos recursos do FNSP, passando a executar nacionalmente as tarefas concernentes ao ciclo da gestão das ações e políticas de segurança pública (SENASP, 2010).

Ao adotar esta postura, criou-se o Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública (SNGCSP), através de um diagnóstico do sistema de coleta de dados existente na Senasp, que visa promover a credibilidade, a integridade e a qualidade das informações oficiais e, com isso, contribuir para reforçar a confiança pública nos órgãos de segurança pública e Justiça criminal, e ainda, democratizar o acesso às informações institucionais administrativos e operacionais dos órgãos de segurança pública, para viabilizar o monitoramento e a participação responsável dos cidadãos (SENASP, 2010).

A criação do SNGCSP está ligada a necessidade de se adquirir dados confiáveis junto aos Estados-membros baseada na integração de diversos atores que produzem e/ou utilizam informações direta ou indiretamente relacionadas à segurança, levando em conta vários níveis de gestão e integração (multissetorial, inter e intragovernamental) (SENASP, 2010).

Esta integração dos dados visa os seguintes entes públicos: as secretarias e departamentos do Ministério da Justiça e de outros Ministérios (Cidades, Educação e Saúde), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República; Secretarias Estaduais de Segurança e Públicas, Justiça e Direitos Humanos, Polícias, Ouvidorias e Corregedorias, Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa; Poder Judiciário: Ministério Público; Sistema Penitenciário e Sociedade Civil. (SENASP, 2010).

2.2. DESCRIÇÃO DA INICIATIVA EM GOIÁS

O primeiro passo relacionado à coleta de dados em Goiás foi desenvolver um diagnóstico detalhado do sistema de coleta de dados já existentes na SENASP até 2003, avaliando qualidade, consistência interna e rendimento analítico. A Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, através da Gerência de Análise coleta os dados e sintetiza de tal forma que seja acessível às pessoas que deles necessitarem.

Dentro dessa nova visão a SSPJ em Goiás procura promover a qualidade das informações obtidas junto às delegacias estaduais tornando essas informações críveis e oficiais. Procura ainda dar transparência e valorização à informação como importante instrumento de gestão das políticas de segurança, que tem como dever promover a gestão do conhecimento como condição fundamental de modernização dos órgãos de segurança, elaborar diagnósticos qualificados sobre a situação da segurança, rotinizar a coleta, a análise e a divulgação dos dados de segurança pública e padronizar as classificações dos eventos.

Em 2004 a Secretaria Nacional de Segurança Pública criou o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal do Ministério da Justiça (SINESPJC) que foi desenvolvido com o objetivo de reunir as informações de segurança pública e justiça criminal produzido pelos estados da federação sua gestão e de responsabilidade da Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação e conta com o trabalho de gestores estaduais que têm a responsabilidade de enviar e validar os dados sistematicamente.

Com a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 – mais conhecida com lei de acesso à informação, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em novembro de 2011, instituições públicas passam a ter o dever de disponibilizar na internet informações básicas, como competência, estrutura organizacional e execução orçamentária. A proposta é que arquivos públicos, planos de governo, auditorias, prestações de contas, entre outros, sejam facilmente acessados por qualquer cidadão. Estes dados foram elaborados a partir do número de ocorrências registradas pelas polícias civis de todo o Brasil entre 2000 a 2010. Cabe salientar, portanto, que coube a SENASP, apenas sistematizar os dados produzidos pelas polícias civis e organizá-los.

Alguns aspectos específicos em relação ao fluxo de elaboração dos boletins de ocorrência das polícias civis devem ser destacados para que se tenha uma clareza a respeito do significado e dos limites dos dados aqui apresentados. Primeiro é preciso reconhecer a elaboração de um boletim, com a participação de diversos atores (cidadãos, policiais, etc.), em um certo evento a que foi interpretado por eles como “um assunto de polícia”. Pode-se identificar o seguinte padrão de encaminhamento dos eventos, conforme Figura 01.

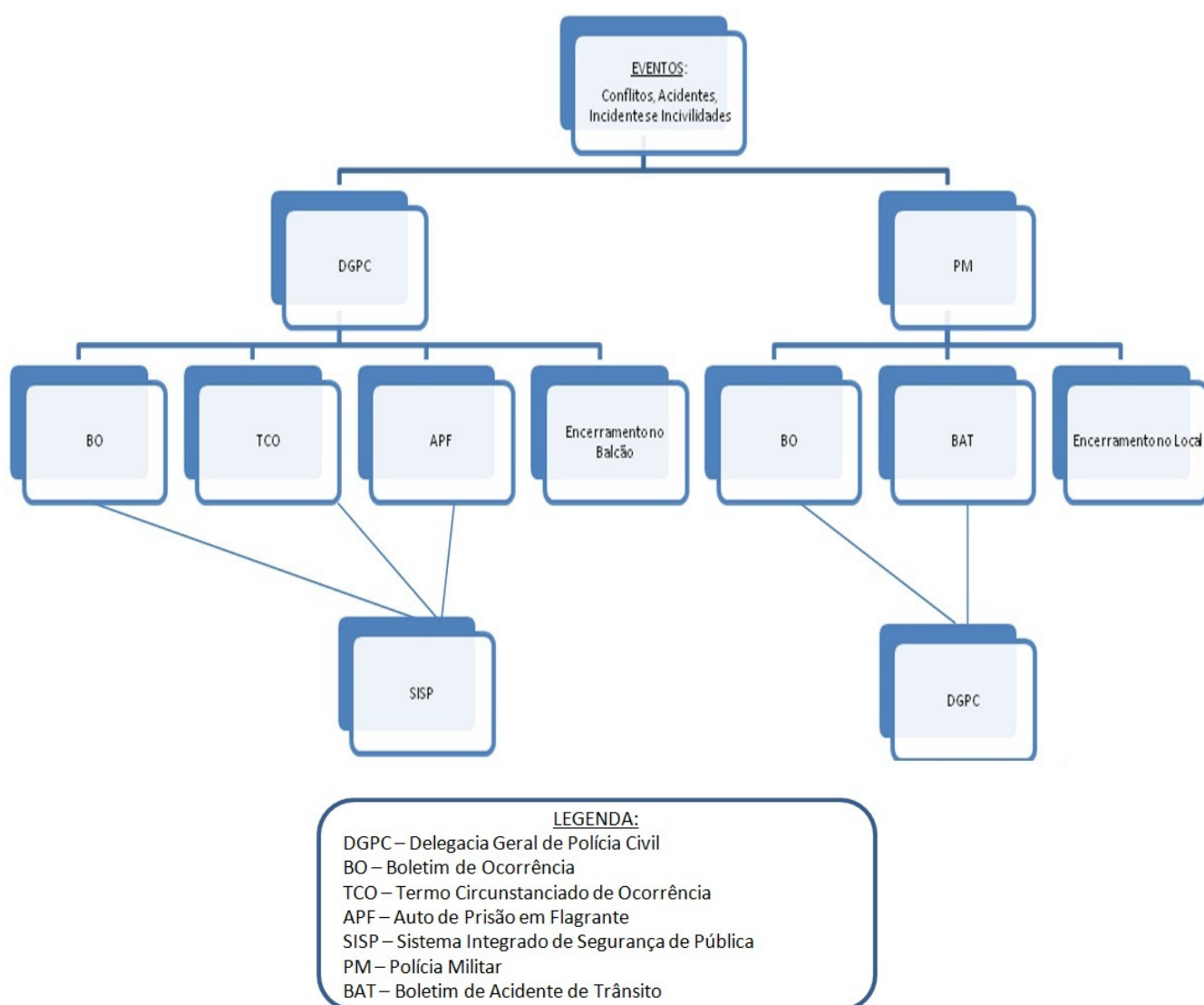


Figura 01: Fluxo padrão de encaminhamento dos eventos

Fonte: SSPJ (2010)

Elaboração – Silvana Rosa de Jesus Ramos

Na maior parte dos eventos, acidentes, incidentes, desordens, incivildades, conflitos e violências a que está submetida à população são apresentadas respostas às soluções civis não policiais. Este fenômeno é designado comumente pelo termo

subregistro e resulta da decisão da população de não registrar nos órgãos de segurança pública os eventos a que tenham sido vítimas. É bom salientar, que este fenômeno ocorre de forma generalizada em todas as sociedades e que ele varia de intensidade entre diferentes grupos sociais e também em função do tipo de ocorrência a que estamos nos referindo.

Assim, o fato das pessoas confiarem mais nas organizações públicas ou mais especificamente nas organizações policiais faz com que elas tenham uma maior tendência de procurarem as organizações policiais. Por outro lado, o estigma social relacionado a alguns tipos específicos de ocorrências criminais leva a um aumento na tendência das suas vítimas não procurarem as organizações policiais.

As diferenças entre as taxas de ocorrências de delitos das microrregiões de Goiás aqui apresentadas podem estar sujeitas às diferenças específicas de cada microrregião, exemplo: A microrregião do Meia Ponte tem um pólo turístico intenso, em razão da cidade de Caldas Novas, onde ocorrem festas e eventos artísticos variados, além de ser o maior manancial hidrotermal de águas quentes do mundo, o que por si só já atrai turistas.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás (SSPJ-GO), por adotar uma política de transparência na divulgação de dados, publica trimestralmente no Site da SSPJ as estatísticas de criminalidade de todos os municípios goianos, com dados de crimes registrados no SISP desde o ano de 2007.

Com esta medida, o Estado de Goiás passou a ser um dos poucos Entes da Federação a adotar esta prática, porém com a lei de acesso à informação, todos os Estados são obrigados a disponibilizar informações reais e atualizadas de índices de criminalidade. Com frequência os estudos sobre criminalidade e violência no Brasil valem-se de informações colhidas em alguns Estados que disponibilizam seus dados estatísticos, para realizar comparações e traçar diretrizes de atuação.

A Secretaria da Segurança Pública, dentro do princípio da transparência da Administração, em Junho de 2010, disponibilizou na sua página da internet uma série histórica de dados em nível de municípios, com números estatísticos a partir do ano de 2007, com informações disponíveis mensalmente permitindo a comparação do período em relação ao ano anterior.

Após estudo das formas de coleta de dados estatísticos realizado no âmbito policial, a SSPJ através da sua Assessoria de Informática, criou o SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública), tendo como objetivo racionalizar, unificar e

aumentar a integridade, qualidade do registro e armazenamento de procedimentos policiais, criando assim, um banco de dados confiável e com atualização em tempo real.

A atualização em tempo real ocorre da seguinte forma: Os dados são retirados *on line* das Delegacias de Polícia Civil, após o término da ocorrência. Assim é feito em razão de ser a autoridade competente, o delegado de polícia responsável por encerrar o Inquérito Policial, o Auto de Flagrante, o Boletim de Ocorrência e o Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Com a Polícia Militar não há como sintetizar os dados, pois esta atende o cidadão através do telefone 190, onde o noticiante informa o que vê, nem sempre sendo a realidade dos fatos, exemplo, encontro de cadáver, ao assim informar no 190, a viatura é despachada para essa modalidade de ocorrência, mas ao chegar ao local o policial militar percebe perfurações no corpo encontrado, o que pode sugerir a prática de um crime de homicídio.

Assim, conforme descrito na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Art. 144, § 5º:

[...] à Polícia Militar cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, ficando evidenciado que esta exerce a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, tendo por finalidade a manutenção da ordem pública do Estado ao qual pertence. Nos ditames do art. 144, §§ 1º e 4º de nossa Carta Magna, a polícia judiciária é formada pelas polícias civis estaduais e federal. Extrai-se, com clarividência a ordem constituinte de outorgar poder investigatório, quando voltado para a apuração de delitos, com exclusividade às polícias civis.

Esse campo de atuação para cada força policial foi delimitado pela Constituição Federal para se evitar conflitos de competência e atribui a cada uma sua competência e campo de atuação nas atividades de segurança pública. Assim, quando a ocorrência é finalizada por um Agente da Polícia Civil, automaticamente aquela é transferida para o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), na Gerência de Análise de Informações da Secretaria da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, que transforma a informação em dado estatístico e o disponibiliza na rede da própria Secretaria para que surtam seus efeitos.

Este sistema especifica com maior precisão, clareza e transparência, as estatísticas de ocorrências criminais registradas e disciplina, uniformiza e agiliza o fluxo de dados registrados e coletados. A SSPJ se limita a apresentar os dados da forma bruta, deixando aos interessados a análise mais pormenorizada dos

fenômenos retratados. A SSPJ, todavia, se reserva o direito de entrar publicamente no debate quando avaliar que as informações forem interpretadas de maneira imprecisa, sem os devidos cuidados metodológicos que a análise de dados criminais deve ter.

Reconhecendo a liberdade de imprensa e o direito à informação do cidadão, a Gerência de Análise de Informações da SSPJ, elaborou, utilizando como referência o Manual de Interpretação Estatística da SSPJ, uma série de breves recomendações para o uso e interpretação das estatísticas de criminalidade, que podem ser utilizadas. As estatísticas oficiais de criminalidade são utilizadas regularmente em todos os países para retratar a situação da segurança pública, mas devemos lembrar que estes dados devem sempre ser interpretados com prudência, pois os dados oficiais de criminalidade estão sujeitos a uma série de limites de validade e confiabilidade: eles são antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que um retrato fiel do universo dos crimes realmente cometidos num determinado local (SSPJ, 2010).

As estatísticas servem como um guia para a divulgação de dados criminais pelos meios de comunicação. A intenção é simplesmente alertar para a especificidade dos dados criminais e para algumas armadilhas que envolvem sua interpretação, que podem levar o leitor ou telespectador a conclusões erradas se não forem consideradas. Grande parte dos eventos, acidentes, incidentes, desordens, incivildades, conflitos e violências a que está submetida à população tem como resposta soluções civis não policiais. Este fenômeno é designado comumente pelo termo subregistro e resultado da decisão da população de não registrar nos órgãos de segurança pública os eventos a que tenham sido vítimas.

Embora não seja obrigatória, uma regra de etiqueta estatística recomenda cautela no cálculo percentual (literalmente, por cento) se a base for inferior a 100 casos, e precaução redobrada com números absolutos inferiores a 30 (SSPJ, 2010). Quanto maior a base, menores as oscilações percentuais. Também é errado manusear porcentagens como se fossem números absolutos e quando elas provêm de bases diferentes, não podem ser somadas ou pro mediadas (SSPJ, 2010).

Oficialmente, as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás estão baseadas no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e não no CIAE (Centro Integrado de Atendimento a Emergências), que utiliza dados do

atendimento emergencial da Polícia Militar. A primeira diferença é de cobertura: o SISP registra informações de todos os Distritos Policiais do Estado, enquanto o CIAE traz dados apenas da Capital e de alguns poucos municípios onde o sistema está em funcionamento. Regra geral, ambas as fontes, revelam as mesmas tendências de criminalidade, embora os números nem sempre coincidam, por diversos motivos:

a) alteração da natureza durante o inquérito: muitas ocorrências que se iniciam com um tipo de delito podem, em decorrência de acontecimentos posteriores ao registro, sofrer alterações. Por exemplo, um roubo seguido de lesão corporal grave pode, durante a elaboração do Inquérito Policial, transformar-se em latrocínio com a morte da vítima;

b) alteração da natureza no Boletim de Ocorrência (BO): a natureza inicial de uma ocorrência pode ser alterada por um BO complementar. Exemplificando, uma ocorrência que se iniciou como homicídio pode sofrer uma complementação e a natureza, no BO complementar, ser alterada para latrocínio; outra incorreção que pode ser cometida é fazer a contagem de um BO complementar como mais uma nova ocorrência, quando na verdade é a continuação da ocorrência inicial;

c) área de registro diferente da área de apuração: uma ocorrência pode acontecer na área de um Distrito Policial e ser registrada em outro. A Unidade Policial que registrou a ocorrência envia àquele DP que responde pela área territorial do fato para apuração. Assim, fazendo-se a contagem dos crimes pelos Boletins de Ocorrência, não irá aparecer no DP de destino à ocorrência, porque o Inquérito Policial foi instaurado com base no BO de outra Unidade Policial.

A produção de estatísticas criminais utilizando como fonte o boletim de ocorrência, como vimos, tem limitações amplamente conhecidas. O boletim de ocorrência reflete o momento inicial do fato, onde o delegado de polícia registra a ocorrência embasado nas informações de que dispõe, a princípio, assim como o médico faz a hipótese diagnóstica no primeiro contato com o paciente. Durante o curso das investigações pode levar a confirmação da hipótese, ou a reclassificação do fato criminal na instauração do inquérito, do mesmo modo que exames complementares (laboratoriais, radiográficos, etc.) confirmam ou não a hipótese do médico.

Portanto, a informação gerada a partir das ocorrências é apenas uma fotografia de um processo contínuo e longo, especialmente, se for considerada

também a fase judicial dos fatos criminais. Todavia são informações úteis porque permitem o acompanhamento da tendência da criminalidade e, por serem produzidas de forma ágil, subsidiam o planejamento operacional das atividades policiais.

A nova metodologia permitiu que as informações pudessem ser disponibilizadas no formato atual e com a melhoria da qualidade da informação que foi o principal objetivo desta reformulação no sistema de registro e coletas de dados, além disso, as constantes orientações e auditorias administrativas, disciplinam e imputam responsabilidades no registro e na coleta de dados no referido sistema. A reavaliação eventual das informações na Internet reflete a análise dos fatos em um novo momento e com os novos critérios estabelecidos pela SSPJ, portanto, os dados apresentam um resultado às vezes diferente, mas, de modo algum significa que tenha havido erro.

As divergências se justificam pelos casos em que as investigações conduziram a conclusão do fato novo (por exemplo: casos de tentativas de homicídio em que as vítimas vieram a óbito depois de dias ou meses em que ocorreu o fato). As estatísticas oficiais estariam corretas se todos os cidadãos vitimados relatassem às autoridades os crimes de que foram vítimas, mas a experiência em diversos países, desenvolvidos ou não, revela que este raramente é o caso. É difícil conhecer com precisão a quantidade de crimes que ocorrem na sociedade. O que os governos têm em seus registros policiais são apenas uma estimativa dos crimes ocorridos (dependendo da tipificação), estimativa esta que se sabe, de antemão, ser subestimada.

A propensão por parte das vítimas em notificar o crime sofrido varia com uma série de fatores e circunstâncias, relacionadas às percepções da vítima, ao sistema policial ou ao tipo do crime e do bem. A experiência internacional na área revela que entre outros fatores, dependendo: da percepção social da eficiência do sistema policial; da percepção social da confiabilidade do sistema policial; da seriedade ou do montante envolvido no crime; do crime implicar ou não numa situação socialmente vexatória para a vítima (estupro, agressões domésticas, “conto do vigário”, etc); do grau de relacionamento da vítima com o agressor, do bem estar ou não segurado contra roubo; da experiência pretérita da vítima com a polícia (SENASP, 2010).

Em outras palavras, é possível que o aumento na estatística de determinado crime esteja refletindo um aumento na “notificação”. Medidas como a criação da Delegacia da Mulher, da Delegacia do Turista, da Polícia Comunitária, do Boletim de Ocorrência pela Internet, do Termo Circunstanciado preenchido pela Polícia Militar, Rodoviária e Ambiental, podem implicar num incentivo à notificação do crime, o que é algo positivo, mas que pode aparentar um aumento da criminalidade que não ocorreu. Assim, antes de interpretar inequivocamente o aumento dos índices de criminalidade como aumento do crime, é preciso levantar que mudanças foram feitas que pudessem refletir apenas no aumento na notificação de crimes.

2.3. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Para realização da análise dos indicadores socioeconômicos será apresentada uma breve descrição das microrregiões foco desta investigação:

- a) Microrregião de São Miguel do Araguaia: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Noroeste Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 76.885 habitantes e está dividida em sete municípios (Crixás, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Novo Planalto, São Miguel do Araguaia e Uirapuru); possui uma área total de 24.381,371 km²; com densidade de 3,58 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 1.029.544,51 (IBGE, 2009);
- b) Microrregião do Rio Vermelho: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Noroeste Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 88.133 habitantes e está dividida em nove municípios (Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã e Santa Fé de Goiás); possui uma área total de 20.205,983 km², com densidade de 4,18 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 874.528,71 (IBGE, 2009);
- c) Microrregião de Pires do Rio: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Sul Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 93.751 habitantes e está dividida em dez municípios (Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutaí e Vianópolis); possui uma área total de 9.418,370 km², com densidade de

12,82 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 1.339.240,35 (IBGE, 2009);

- d) Microrregião de Porangatu: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Norte Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 231.805 habitantes e está dividida em dezenove municípios (Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu); possui uma área total de 35.171,853 km², com densidade de 6,90 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 2.938.893,70 (IBGE, 2009);
- e) Microrregião do Vale do Rio dos Bois: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Sul Goiano. Sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 114.496 habitantes e está dividida em treze municípios (Acreúna, Campestre de Goiás, Cezarina, Edealina, Edéia, Indiará, Jandaia, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Paraúna, São João da Paraúna, Turvelândia e Varjão); possui uma área total de 13.608,603 km², com densidade de 9,51 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 1.999.046,91 (IBGE, 2009);.
- f) Microrregião de Quirinópolis: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Sul Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 112.138 habitantes e está dividida em nove municípios (Cachoeira Alta, Caçu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Paranaiguara, Quirinópolis e São Simão); possui uma área total de 16.068,103 km², com densidade de 9,53 habitantes/ km² e Produto Interno Bruto de R\$ 2.626.828,61 (IBGE, 2009);.
- g) Microrregião do Meia Ponte: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Sul Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 364.925 habitantes e está dividida em 21 municípios (Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis); possui

uma área total de 21.165,557 km²; com densidade de 13,76 habitantes/km² e Produto Interno Bruto de R\$ 6.278.154,82 (IBGE, 2009);

- h) Microrregião de Ceres: é uma das microrregiões de Goiás pertencente à mesorregião Centro Goiano; sua população foi estimada em 2011 pelo IBGE em 232.677 habitantes e está dividida em 22 municípios (Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianópolis, Rubiataba, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício e Uruana); possui uma área total de 13.163,014 km², com densidade de 19,45 habitantes/km² e Produto Interno Bruto de R\$ 2.091.462,71 (IBGE, 2009);

Podemos observar no intervalo de tempo de 2005 até 2010, a área colhida em toneladas e a quantidade produzida em hectares de cana-de-açúcar, das oito microrregiões presentes no estudo, através das Figuras 02 até 17.

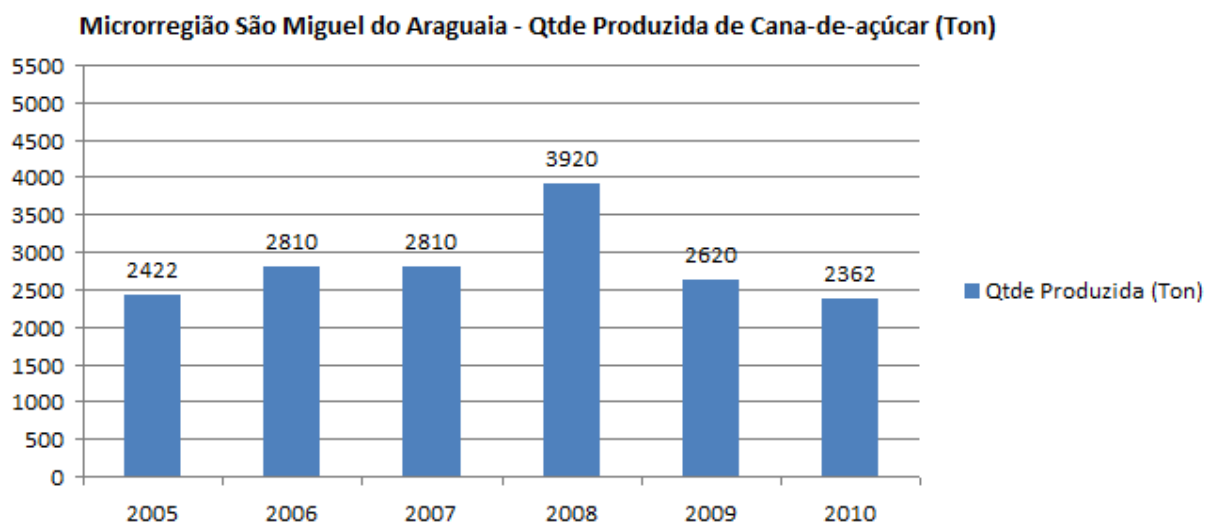


Figura 02: Microrregião São Miguel do Araguaia - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

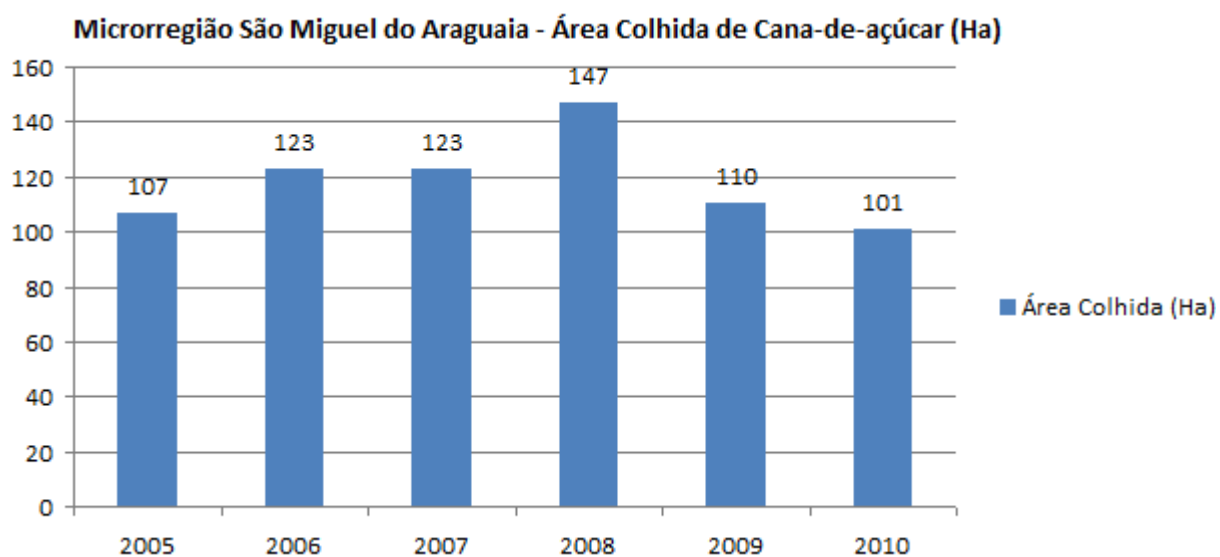


Figura 03: Microrregião São Miguel do Araguaia - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

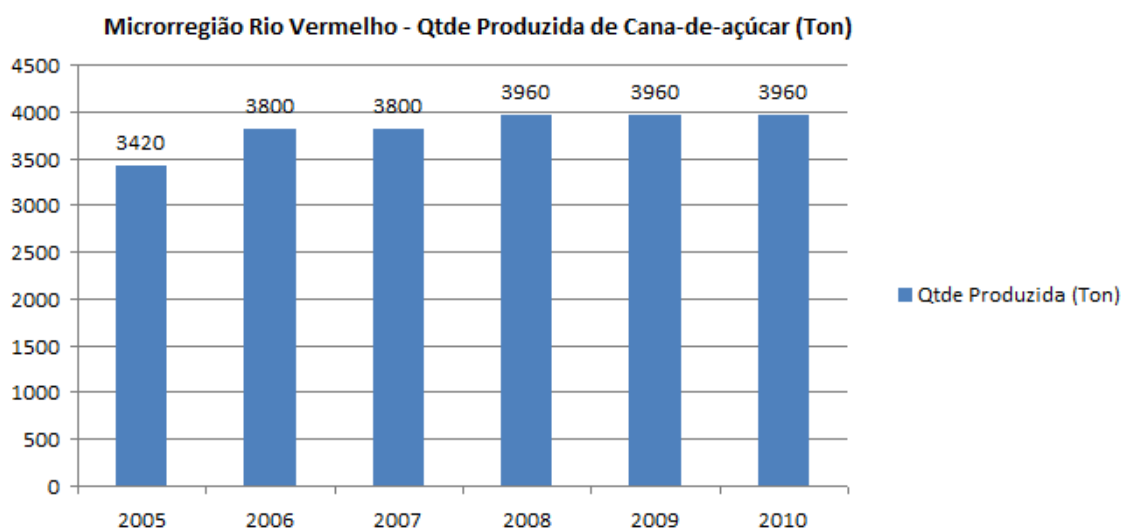


Figura 04: Microrregião Rio Vermelho - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

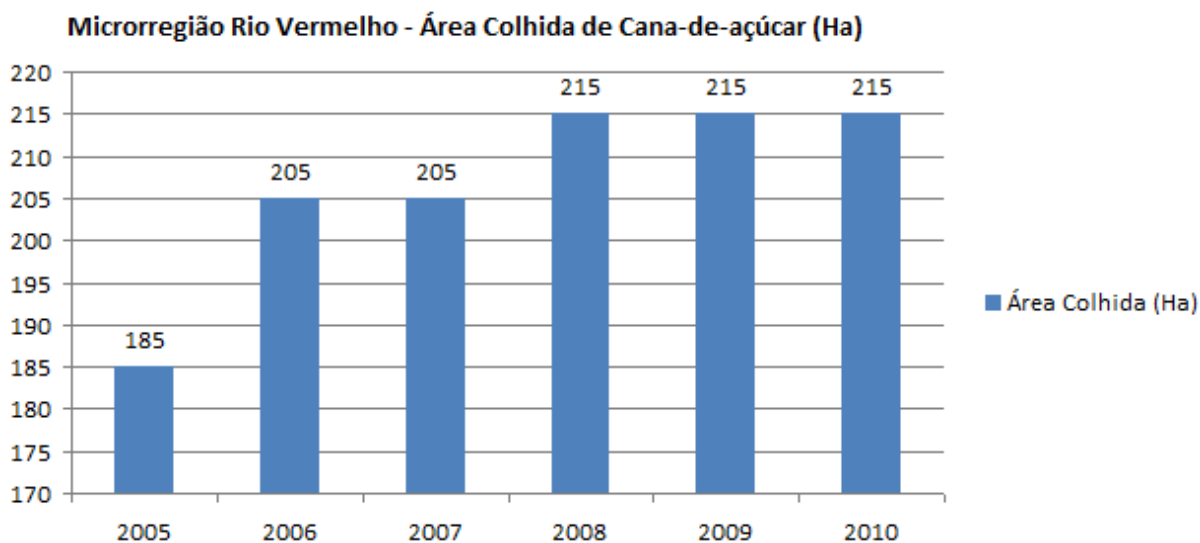


Figura 05: Microrregião Rio Vermelho - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

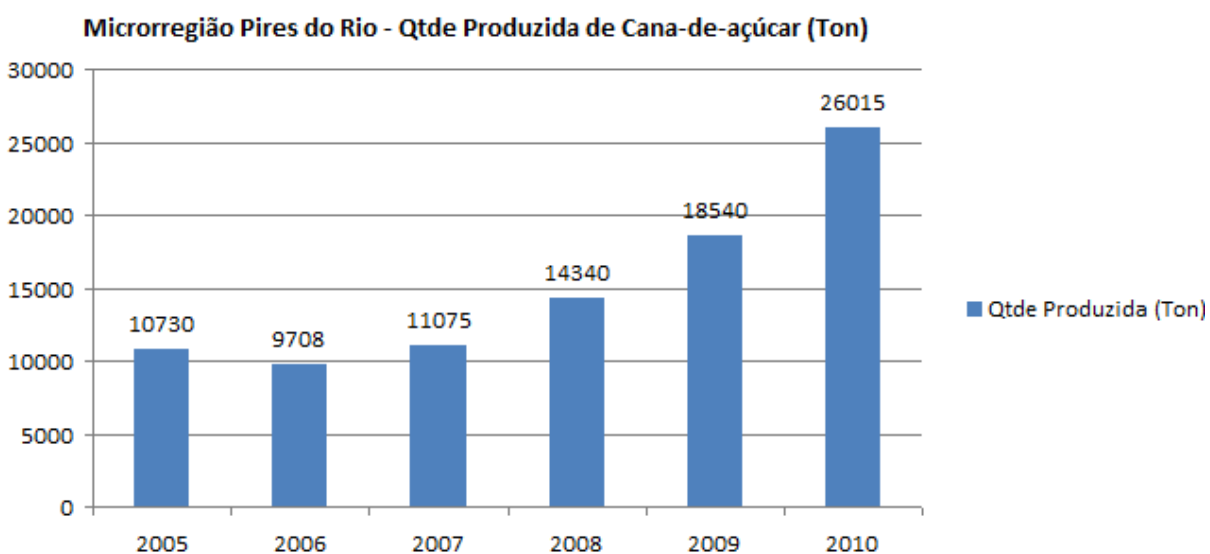


Figura 06: Microrregião Pires do Rio - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

Microrregião Pires do Rio - Área Colhida de Cana-de-açúcar (Ha)

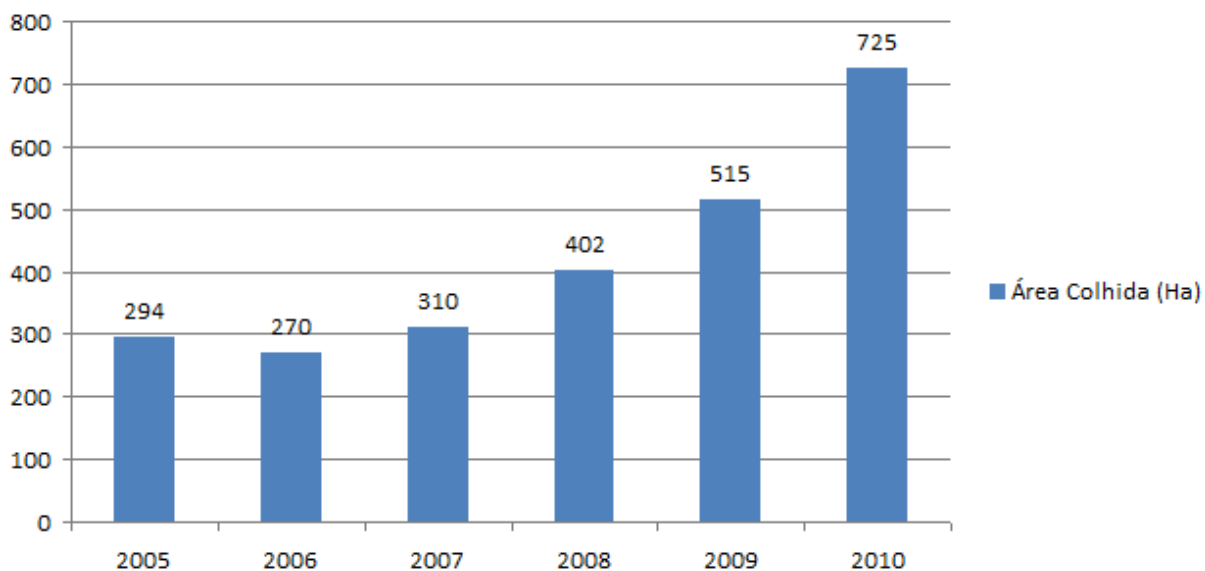


Figura 07: Microrregião Pires do Rio - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

Microrregião Porangatu - Qtde Produzida de Cana-de-açúcar (Ton)

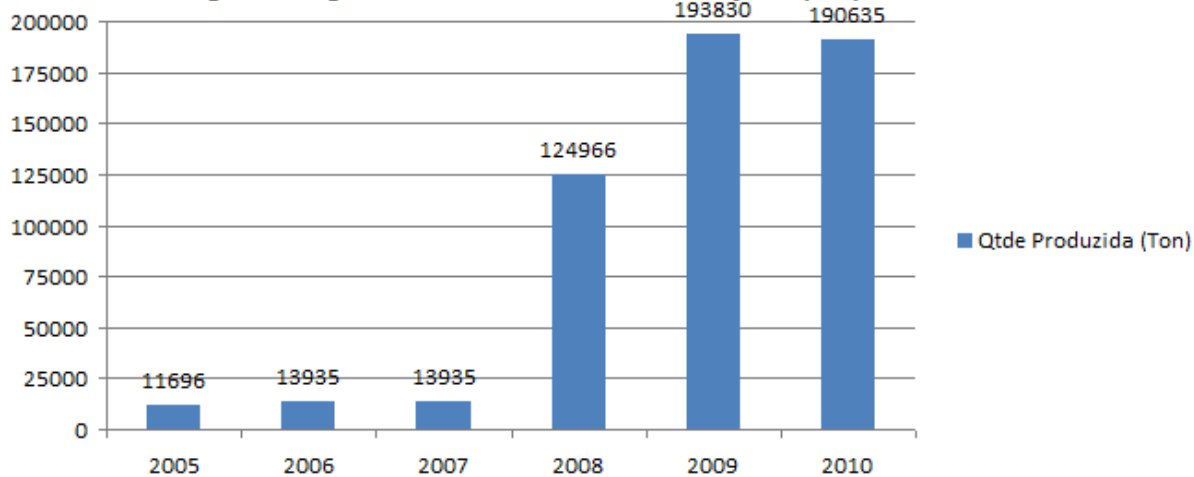


Figura 08: Microrregião Porangatu - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

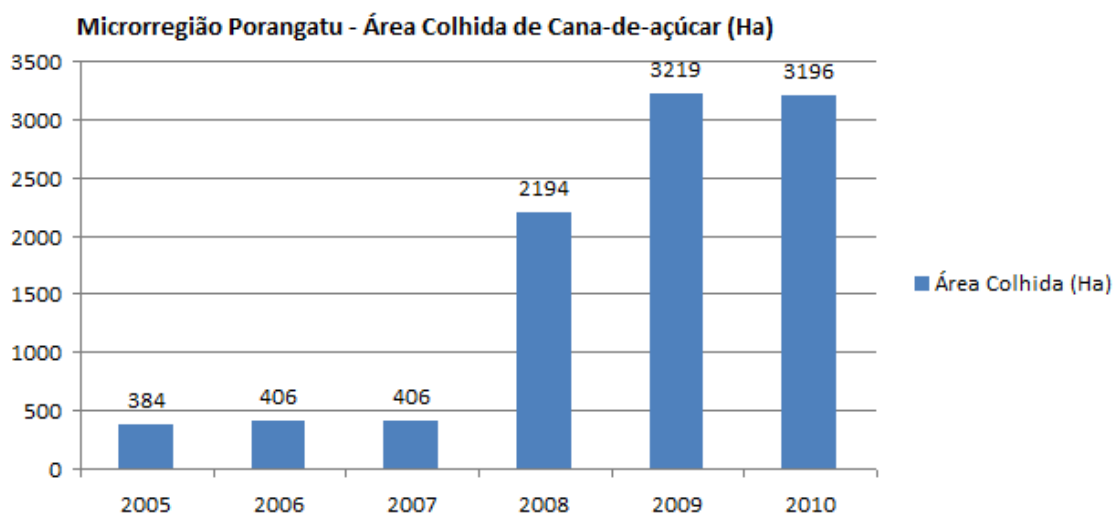


Figura 09: Microrregião Porangatu - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

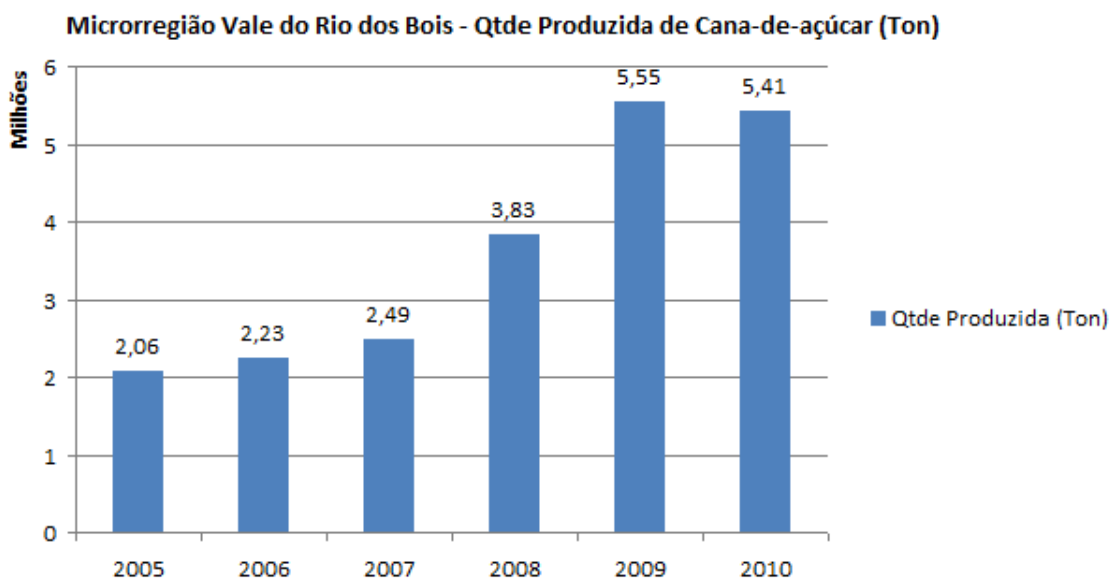


Figura 10: Microrregião Rio dos Bois - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

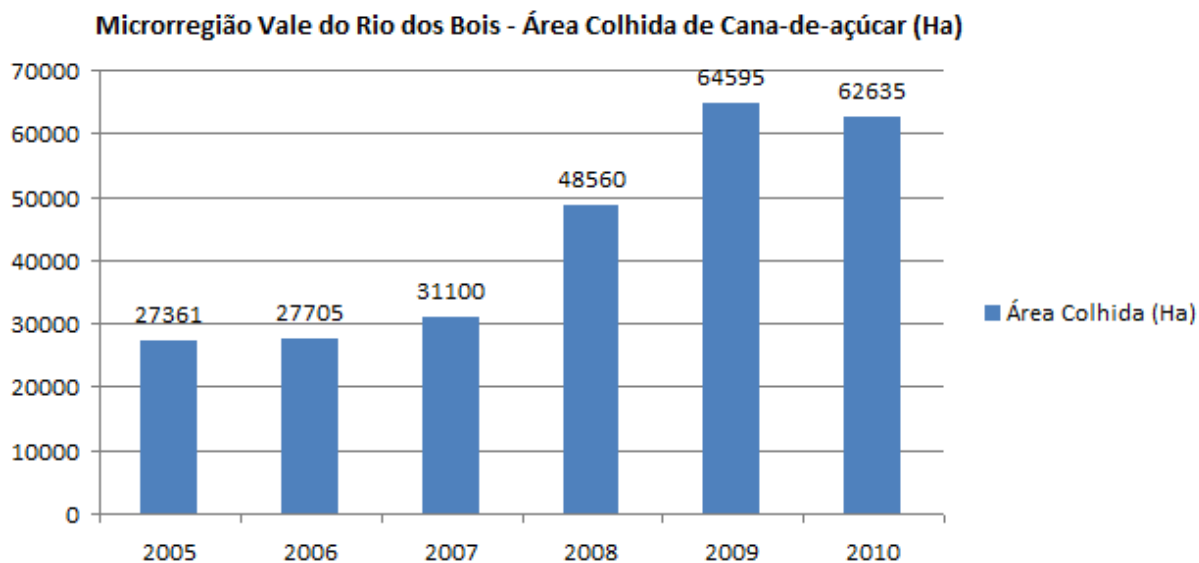


Figura 11: Microrregião Rio dos Bois - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

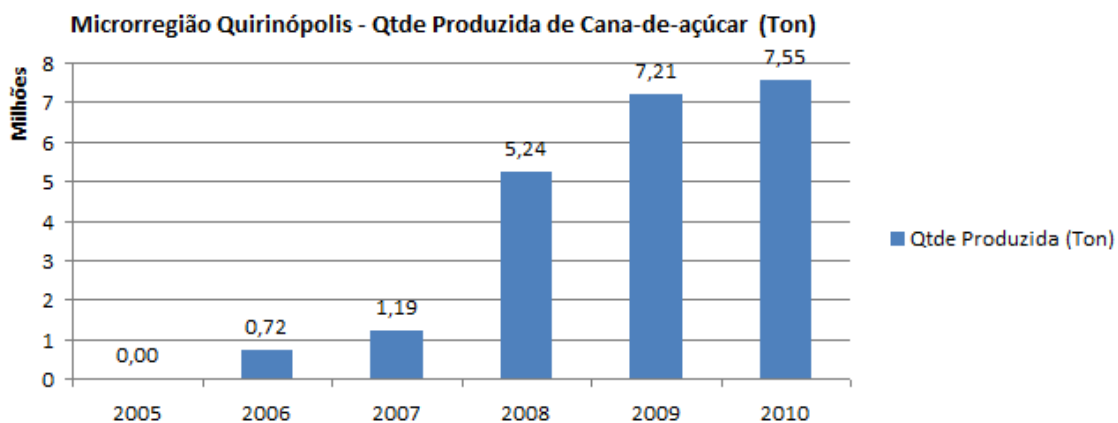


Figura 12: Microrregião Quirinópolis - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

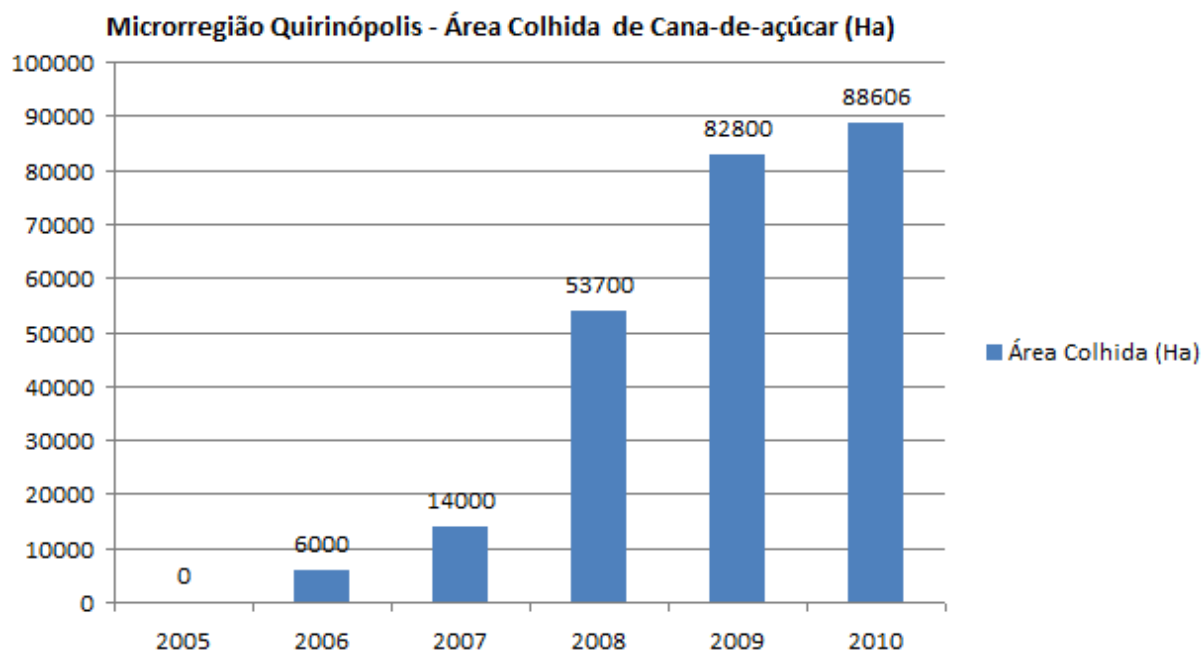


Figura 13: Microrregião Quirinópolis - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

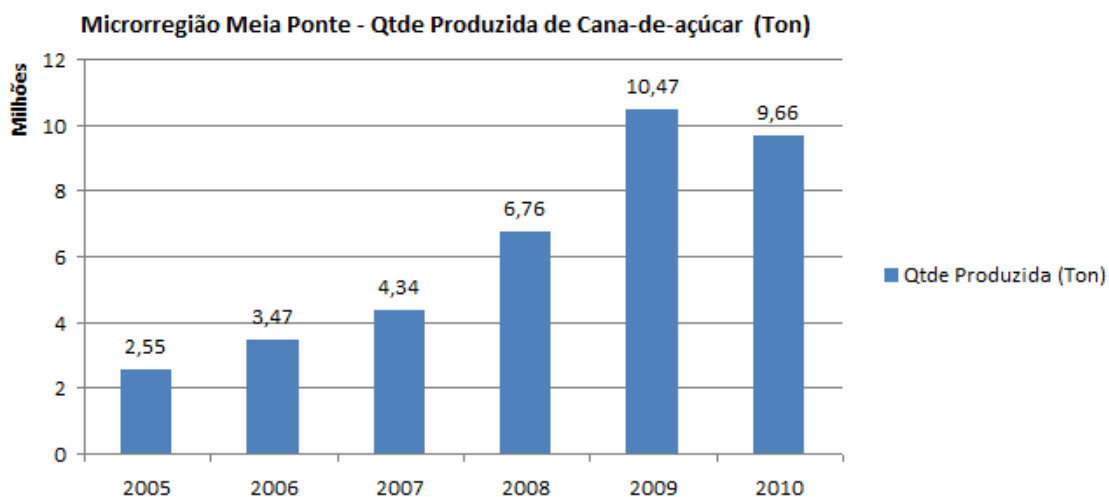


Figura 14: Microrregião Meia Ponte - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

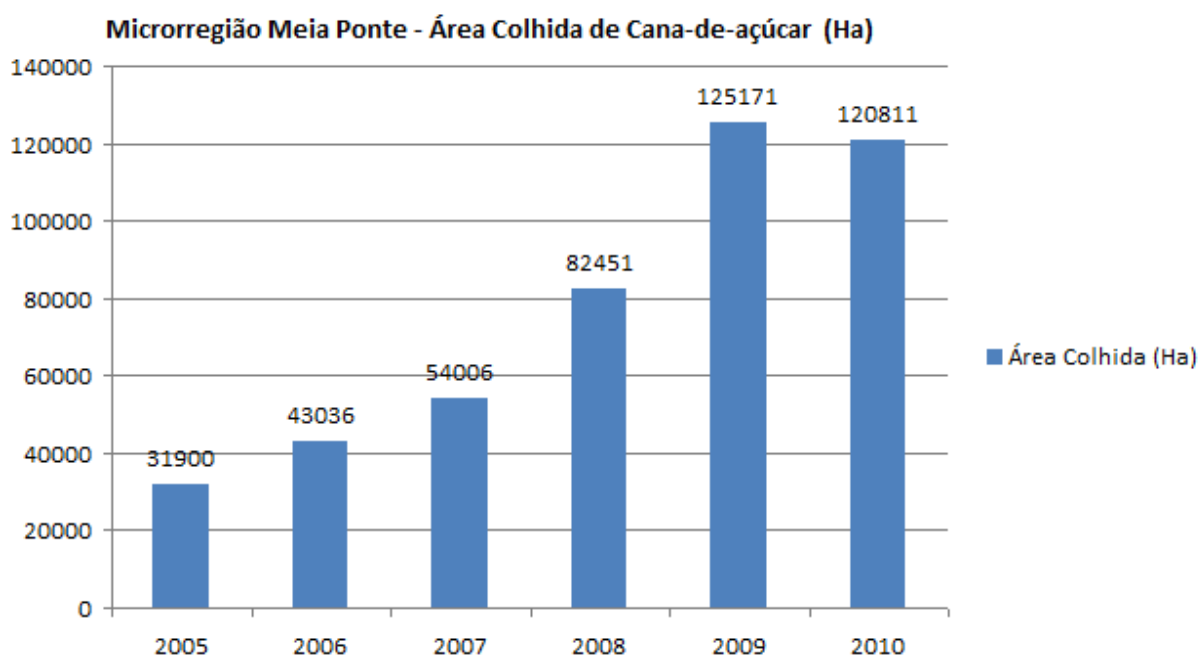


Figura 15: Microrregião Meia Ponte - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

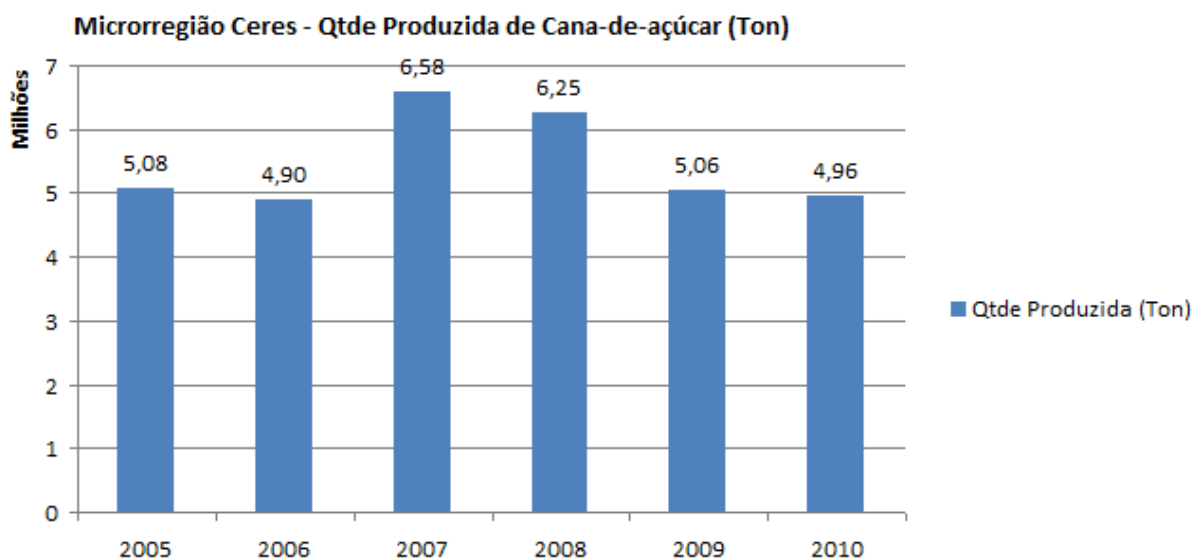


Figura 16: Microrregião Ceres - Quantidade Produzida de cana-de-açúcar em Toneladas

Fonte: CONAB(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

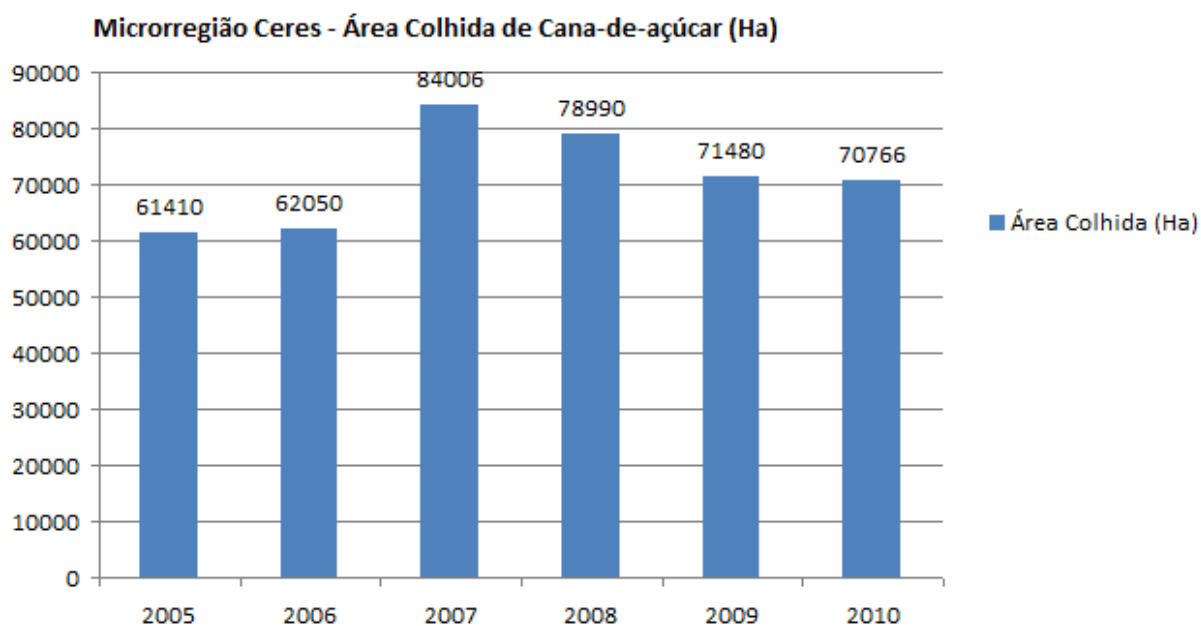


Figura 17: Microrregião Ceres - Área colhida de cana-de-açúcar em Hectares
 Fonte: CONAB(2010)
 Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

2.4. ANÁLISE DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Para que possamos realizar a análise dos indicadores de criminalidade necessitamos definir basicamente os tipos de crimes. Abaixo são apresentadas as devidas definições.

I. DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Os crimes contra a vida estão descritos no Título I – Dos crimes contra a pessoa – Capítulo I, da Parte Especial do Código Penal (CP, 2009).

Art. 121:

Matar alguém;

Pena: reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

a) HOMICÍDIO CULPOSO

Art. 121:

§ 3º se o homicídio é culposo;

Pena: detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

O § 3º trata do homicídio culposo, aquele que o agente não tem intenção de matar e nem assume o risco de produzir o resultado morte. A culpa em sentido estrito, para o direito penal, é aquela que o agente deixa de agir sem a devida atenção do dever de cuidado objetivo. São as regras sociais e morais mínimas que são adotadas pelas pessoas para evitar que os crimes aconteçam. É o dever de não produzir dano a terceiros.

b) ESTUPRO

Art. 213:

Constranger alguém, mediante grave ameaça, a ter conjunção carnal ou à prática ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Pena: reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

Com a nova redação que foi dada ao art. 213 do Código Penal, Lei 12.015 de 07/08/2009, que reformulou o Título VI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, o crime de estupro passou a conter a conduta de constranger alguém, e não apenas a mulher, a prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, que anteriormente caracterizava o crime de atentado violento ao pudor (art. 214 do CP), agora revogado.

Para a configuração do estupro basta que uma pessoa, homem ou mulher, obrigue outra, homem ou mulher, e com ela praticar qualquer ato libidinoso (conjunção carnal, coito anal, felação etc).

II. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO

O Título II da parte especial do Código Penal Brasileiro, faz referência aos crimes contra o Patrimônio. Considerando-se patrimônio de uma pessoa, os bens, o poderio econômico, a universalidade de direitos que tenham expressão econômica para a pessoa (CP, 2009).

a) FURTO

Art. 155:

Subtrair, para si ou para outrem coisa alheia móvel.

Pena: reclusão, de 1 (um) a 4(quatro) anos e multa.

Furto é a subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem sem a prática de violência ou de grave ameaça ou de qualquer espécie de constrangimento físico ou moral à pessoa.

b) ROUBO

Art. 157:

Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 10(dez) anos e multa.

O crime de roubo é um crime comum, portanto realizado sob violência, qualquer um pode ser o sujeito ativo aquele que pratica o crime, porém quanto ao sujeito passivo não há um liame necessário entre o ato ofensivo e a pessoa que seja seu possuidor, detentor ou proprietário.

c) LATROCÍNIO

Consiste na conduta do agente em cometer um ato delituoso, derivado do crime de roubo onde, como consequência surge um crime posterior, o homicídio, ou seja, no crime de latrocínio a intenção primária do agente consiste em apenas roubar não desejando causar a morte da vítima.

O Código Penal Brasileiro não elenca, de forma expressa, o crime de latrocínio vindo a tipificá-lo no art. 157 § 3º, o qual transcrevemos:

Art. 157 do CP:

Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la por qualquer meio, reduzindo à impossibilidade de resistência.

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7(sete) a 15 (quinze) anos, além de multa; se resulta morte, a reclusão de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além de multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.

d) TENTATIVA DE HOMICÍDIO

O crime de homicídio (art. 121 do CP) é classificado pela doutrina como delito material, uma vez que se consuma com a ocorrência do evento morte. O homicídio contempla uma ação a um resultado, exigindo a ocorrência deste para a consumação, diferente do que ocorre nos crimes formais e de mera conduta. O que é plenamente cabível a figura do crime de homicídio na forma tentada.

É uma regra cediça a de que há crime consumado quando presentes todos os elementos do tipo penal. Há, noutro viés, crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.

Vale a transcrição da norma que dispõe sobre a forma tentada no crime no Código Penal Brasileiro:

Art. 14 (...)

- (1) consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- (2) tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.

III. VIAS DE FATO

É uma contravenção tipificada na Parte Especial Cap. I – Das Contravenções referente à pessoa em seu art. 21 do decreto – lei 3.688/1941, com pena de prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa.

Foi realizada coleta de dados com base nas informações disponibilizadas no portal da SSPJ-GO, no período de 2005 até 2010, abrangendo as oito microrregiões alvo desta investigação. Abaixo são apresentados estes dados, por tipo de crime, através dos Gráficos de 01 até 07. Após a exposição destes dados apresentaremos os resultados destas análises socioeconômicas e da criminalidade.

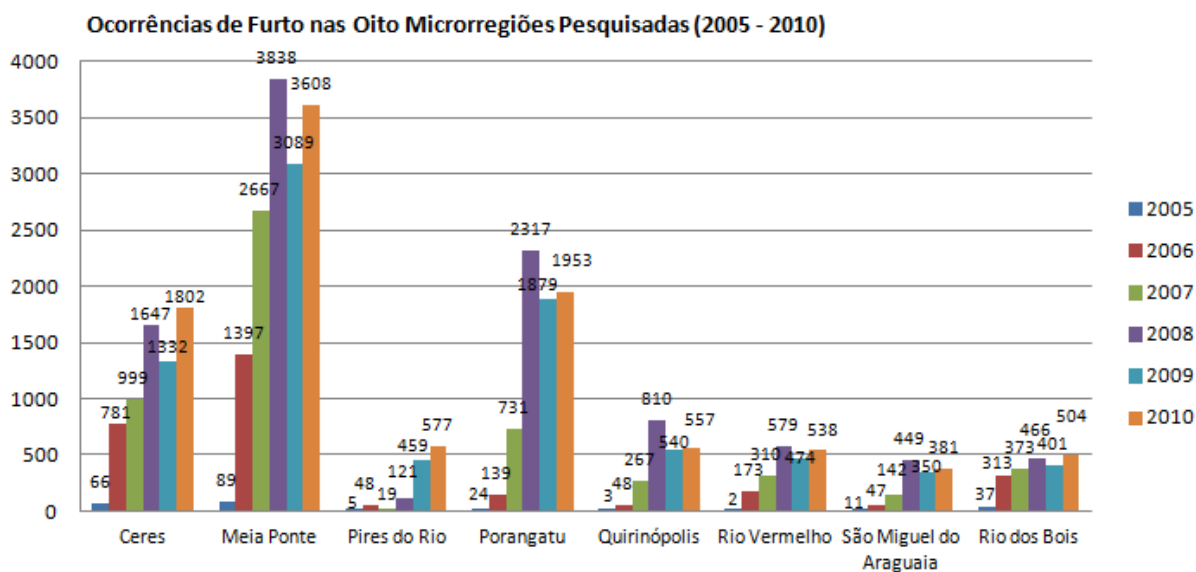


Gráfico 01: Ocorrências de Furto nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

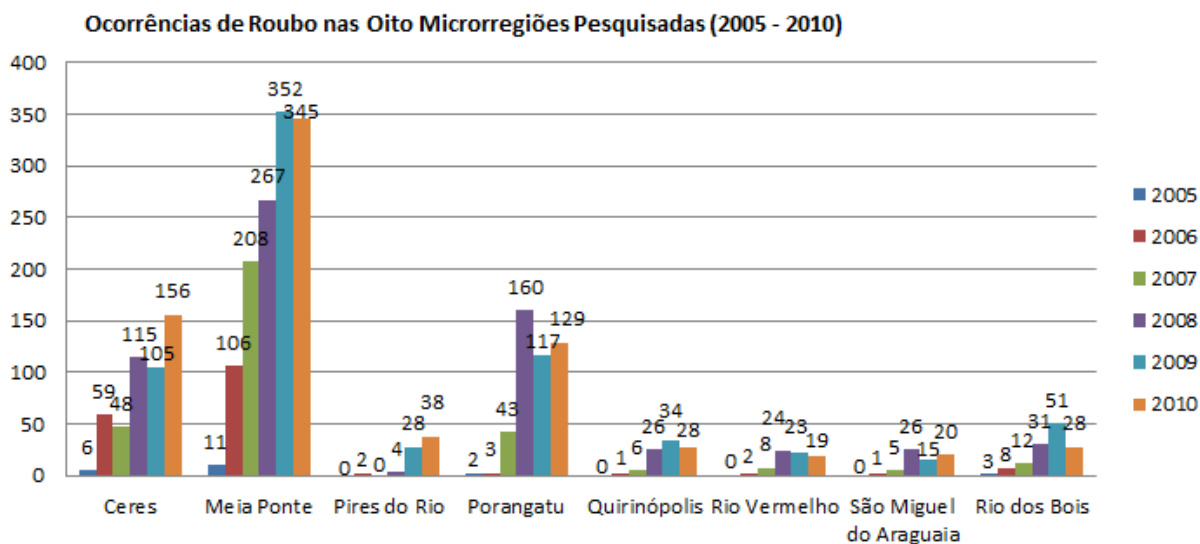


Gráfico 02: Ocorrências de Roubo nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

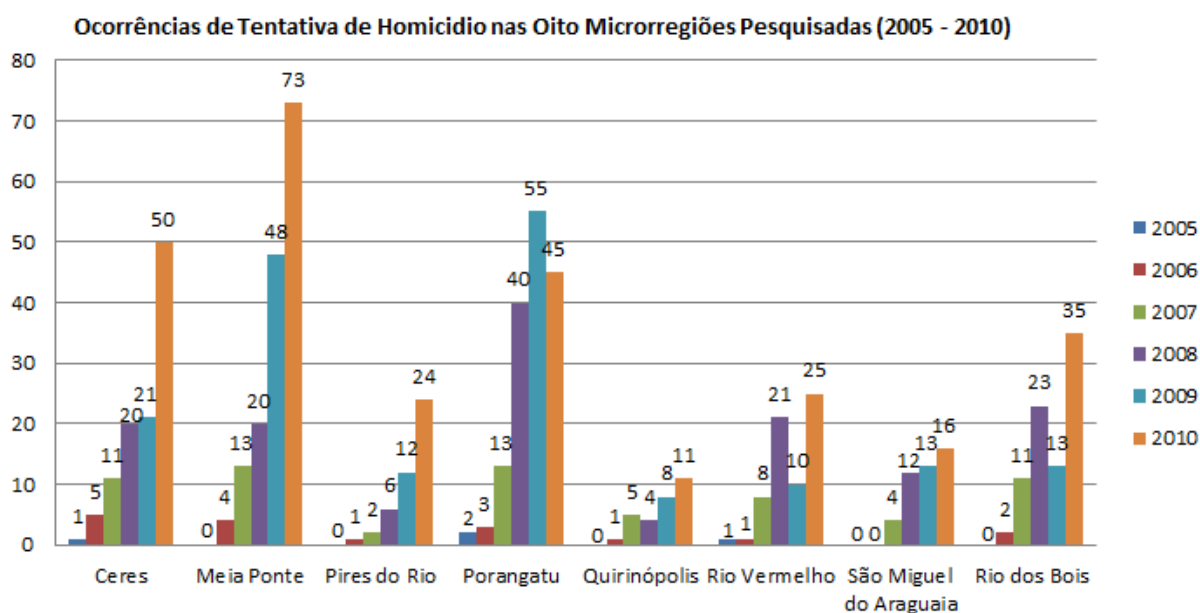


Gráfico 03: Ocorrências de Tentativa de Homicídio nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

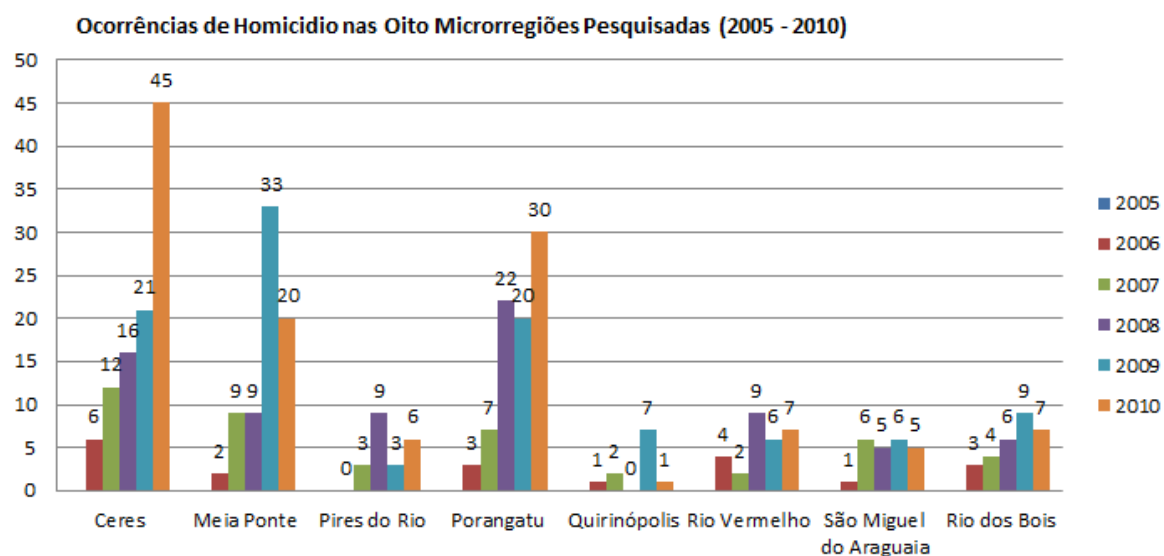


Gráfico 04: Ocorrências de Homicídio nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

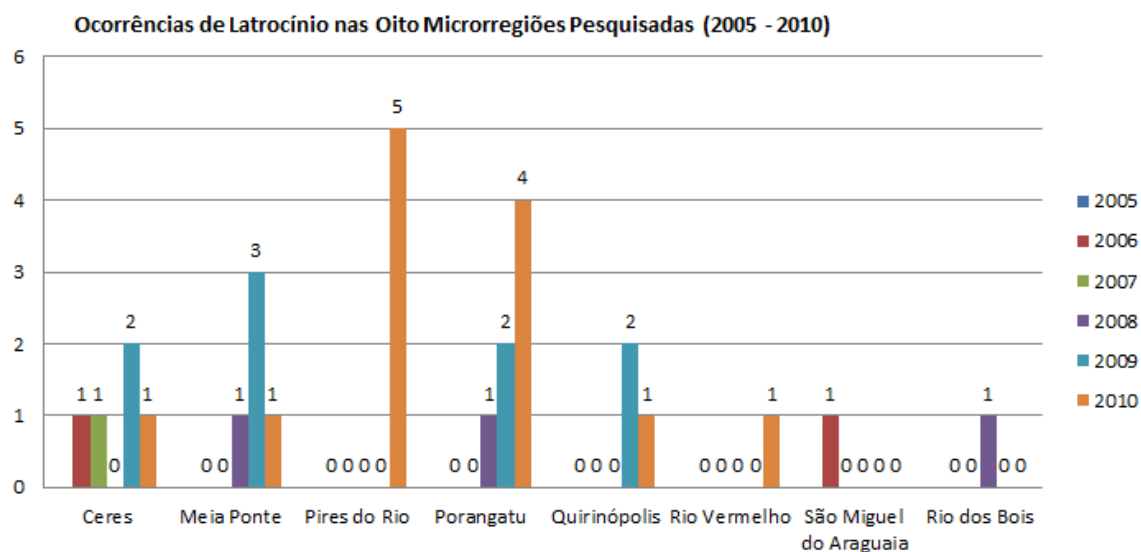


Gráfico 05: Ocorrências de Latrocínio nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

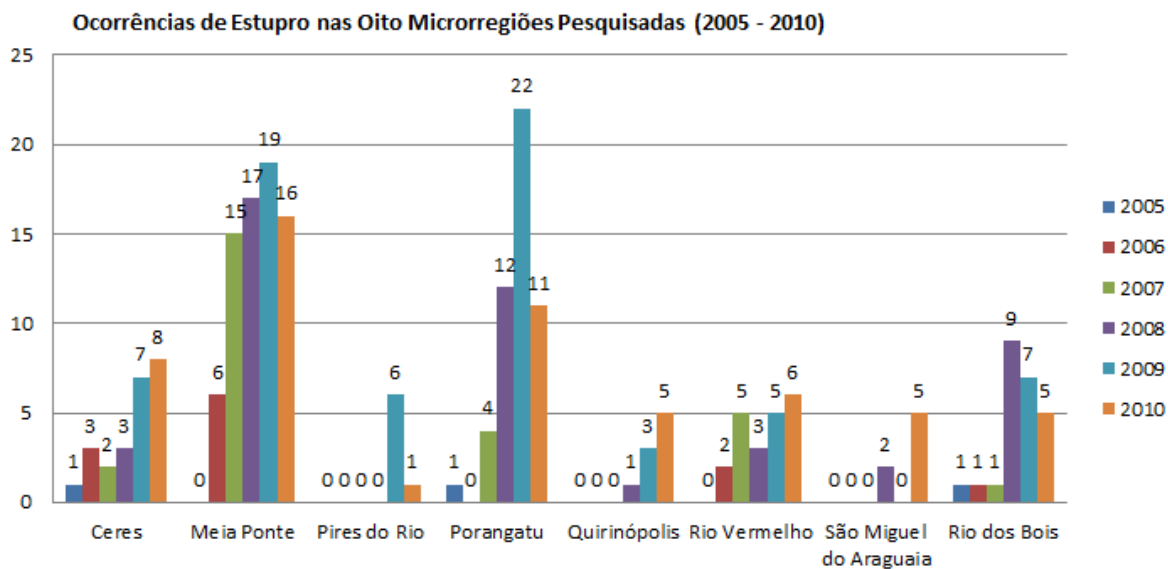


Gráfico 06: Ocorrências de Estupro nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

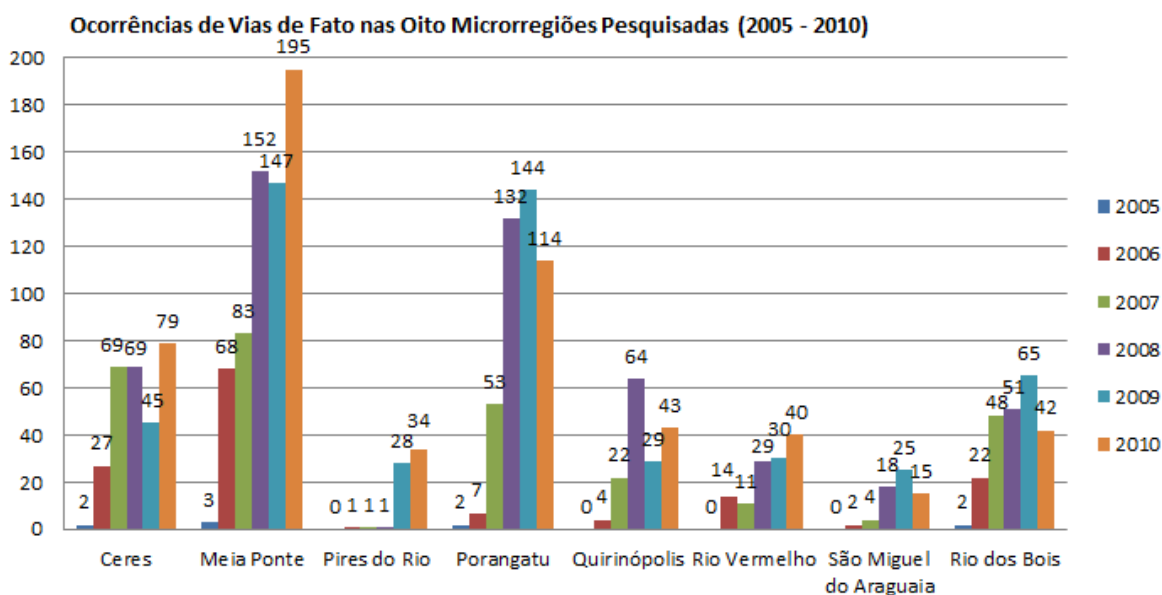


Gráfico 07: Ocorrências de Vias de Fato nas Oito Microrregiões

Fonte: SSPJ(2010)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

Ao olhar atentamente os dados das microrregiões de Goiás ora apresentados em 2.3. Análise dos Indicadores Socioeconômicos, pudemos verificar o crescimento constante da área colhida de cana-de-açúcar por hectare, bem como a quantidade produzida em toneladas, na maioria das microrregiões estudadas.

Com o corte da cana-de-açúcar muitos trabalhadores vêm de outras regiões, os chamados andorinhas, a fim de buscar melhores empregos e salários, se submetendo a tudo e todo o tipo de vida oferecido; vão morar em barracões, trabalham sem carteira assinada, não têm plano de saúde, educação, saneamento básico, enfim, ausência de uma estrutura mínima para poderem desempenhar bem suas atividades.

Na atividade policial militar observa-se sempre que para extravasar estas adversidades, muitos trabalhadores buscam em zonas de baixo meretrício um pouco de lazer seja através da bebida, ou muitas vezes através de profissionais do sexo. O que muitas vezes leva a contendas em que se finaliza com a prática de crime (homicídio, roubo, furto, etc) ou contravenção (vias de fato, por exemplo), em que brigam por uma palavra mal colocada ou muitas vezes pela disputa por alguma mulher, ou ainda, preferência em ser atendido; os motivos são os mais variados, mas a falta de controle; é visível quando se compara o crescimento da cana-de-açúcar e os crimes ou contravenções por microrregiões e ano conforme passaremos a falar abaixo.

Para melhor se elucidar as explicações, consideram-se equipamentos: coletes, algemas, cintos de guarnição e outros; armamentos: materiais bélicos letais – revólveres, pistolas, fuzis e munições; não letais – espargidores de gases, pistolas de choque (*taser*) e outros; e dentre os cursos, destacam-se as Instruções de Nivelamento e Conhecimento (INC), onde policiais de vários Estados da Federação formam uma turma e são repassadas instruções gerais, buscando que todas as polícias adotem a mesma postura frente a um problema apresentado, por exemplo: como proceder na progressão de obstáculos quando da procura de um delinqüente, ou como utilizar corretamente pistolas calibre .40.

Estas instruções são importantes porque se espera a mesma resposta de procedimento de um policial do estado de São Paulo, quanto de um policial do estado do Piauí, Alagoas ou mesmo Goiás, quando da necessidade de se cumprir determinada missão. O convênio é eficaz pois ao demonstrar suas necessidades através da estatística de crimes, o Estado receberia mais ou menos apoio da SENASP, quanto ao repasse de incentivos.

2.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Para a análise comparativa entre produção de cana-de-açúcar e os descritores criminalísticos foi utilizado o coeficiente de correlação de *Pearson*.

O coeficiente de correlação (r) mede o grau de associação entre as variáveis e é dado por $r = (s_{x1.x2}) / (s_1.s_2)$ sendo:

- r : o coeficiente de correlação e pode variar de -1 a $+1$, sendo ± 1 : o máximo de correlação; \pm : o sentido da correlação e 0 : significa a não existência de correlação (independência das variáveis);
- a hipótese é testada pelo teste t sendo: $t = (r - \rho) / s_r$ onde: $\rho = 0$ e $s_r =$ erro padrão do coeficiente de correlação.

Os cálculos estatísticos das relações entre produção de cana-de-açúcar e os descritores criminalísticos (Tabela 1) e área colhida de cana de açúcar e os descritores criminalísticos (Tabela 2) foram implementados no sistema computacional SAS (Statistical Analysis System), por meio de seu procedimento *proc cor* (SAS Institute 2002).

Tabela 01: Análise de correlação de produção de cana-de-açúcar e variáveis criminais nas microrregiões do estado de Goiás durante o período de 2005 a 2010

Fonte: (SAS Institute 2002)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

Microrregião	Variáveis criminais													
	Furto		Roubo		Tentativa Homicídio		Homicídio		Latrocínio		Estupro		Vias de Fato	
	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor
Ceres	0,19	0,72	-0,08	0,88	-0,15	0,78	-0,16	0,76	-0,29	0,58	-0,43	0,39	0,50	0,31
Meia Ponte	0,78	0,07	0,94	<0,01	0,92	0,01	0,94	0,01	0,87	0,03	0,82	0,05	0,89	0,02
Pires do Rio	0,96	<0,01	0,96	0,00	1,00	<0,01	0,52	0,29	0,86	0,03	0,42	0,40	0,93	0,01
Porangatu	0,88	0,02	0,86	0,03	0,97	0,00	0,93	0,01	0,89	0,02	0,90	0,01	0,91	0,01
Quirinópolis	0,84	0,04	0,98	<0,01	0,88	0,02	0,46	0,35	0,77	0,07	0,90	0,02	0,74	0,09
Rio dos Bois	0,69	0,13	0,90	0,01	0,76	0,08	0,92	0,01	0,07	0,89	0,75	0,09	0,72	0,11
Rio Vermelho	0,92	0,01	0,83	0,04	0,71	0,11	0,88	0,02	0,34	0,52	0,80	0,06	0,89	0,02
São Miguel	0,45	0,37	0,53	0,28	0,15	0,77	0,25	0,64	-0,01	0,98	-0,02	0,97	0,26	0,61

Tabela 02: Análise de correlação da área colhida de cana-de-açúcar e variáveis criminais nas microrregiões do estado de Goiás durante o período de 2005 a 2010

Fonte: (SAS Institute 2002)

Elaboração: Silvana Rosa de Jesus Ramos

Microrregião	Variáveis criminais													
	Furto		Roubo		Tentativa Homicídio		Homicídio		Latrocínio		Estupro		Vias de Fato	
	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor	r	Pvalor
Ceres	0,55	0,26	0,31	0,55	0,25	0,63	0,26	0,62	0,07	0,89	0,03	0,95	0,79	0,06
Meia Ponte	0,79	0,06	0,95	<0,01	0,93	0,01	0,93	0,01	0,85	0,03	0,82	0,05	0,91	0,01
Pires do Rio	0,96	<0,01	0,96	<0,01	1,00	<0,01	0,53	0,28	0,86	0,03	0,42	0,41	0,93	0,01
Porangatu	0,89	0,02	0,87	0,02	0,97	<0,01	0,93	0,01	0,89	0,02	0,90	0,02	0,91	0,01
Quirinópolis	0,81	0,05	0,97	<0,01	0,90	0,01	0,48	0,33	0,80	0,06	0,92	0,01	0,71	0,12
Rio dos Bois	0,69	0,13	0,91	0,01	0,77	0,07	0,91	0,01	0,14	0,79	0,79	0,06	0,72	0,10
Rio Vermelho	0,94	0,01	0,85	0,03	0,73	0,10	0,89	0,02	0,35	0,50	0,80	0,06	0,91	0,01
São Miguel	0,25	0,63	0,33	0,53	-0,05	0,92	0,16	0,76	0,13	0,80	-0,18	0,73	0,08	0,88

Para realizar a interpretação dos dados presentes na Tabela 01 e Tabela 02, os seguintes parâmetros foram utilizados, baseados no coeficiente de correlação de *Pearson*:

- r é o coeficiente de correlação;
- Pvalor \leq 0,05 indica correlação significativa;
- Pvalor $>$ 0,05 indica correlação não significativa.

Assim sendo, analisam-se cada microrregião, através de sua relação entre produção de cana-de-açúcar e os descritores criminalísticos e área colhida de cana de açúcar e os descritores criminalísticos, durante o período de estudo:

1. Na microrregião de São Miguel do Araguaia quando se observa a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que não houve correlação significativa entre a produção de cana-de-açúcar e as variáveis criminais e também não houve correlação significativa entre a área colhida de cana de açúcar e as mesmas variáveis criminais. Por outro lado, os valores de correlação foram negativos em latrocínio e estupro indicando que o aumento de produção diminuiu estes tipos de crimes, e tentativa de homicídio e estupro indicando que o aumento da área colhida diminuiu estes tipos de crimes;
2. Na microrregião do Rio Vermelho quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que as variáveis criminais para furto, roubo, homicídio e vias de fato foram significativamente correlacionadas com a produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;
3. Na microrregião de Pires do Rio quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 podemos verificar que as variáveis criminais para furto, roubo, tentativa de homicídio, latrocínio e vias de fato foram significativamente correlacionadas com a produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;
4. Na microrregião de Porangatu quando observamos a Tabela 01 e Tabela 02 podemos verificar que todas as variáveis criminais foram significativamente correlacionadas com produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;

5. Na microrregião do Vale do Rio dos Bois quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que as variáveis criminais para roubo e homicídio foram significativamente correlacionadas com a produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;
6. Na microrregião de Quirinópolis quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que as variáveis criminais para furto, roubo, tentativa de homicídio e estupro foram significativamente correlacionadas com a produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;
7. Na microrregião do Meia Ponte quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que todas as variáveis criminais, exceto furto foram significativamente correlacionadas com produção de cana, ou seja, o aumento de produção de cana fez com que os índices criminais aumentassem. Situação idêntica a estas observações ocorreram também para a correlação entre a área colhida e as variáveis criminais;
8. Na microrregião de Ceres quando observa-se a Tabela 01 e Tabela 02 pode-se verificar que não houve correlação significativa entre a produção de cana-de-açúcar e as variáveis criminais e também não houve correlação significativa entre a área colhida de cana de açúcar e as mesmas variáveis criminais. Por outro lado, os valores de correlação foram negativos em roubo, tentativa de homicídio, homicídio, latrocínio e estupro indicando que o aumento de produção diminuiu estes tipos de crimes.

3. CONCLUSÃO

Frente à análise dos dados coletados identifica-se que a presença de trabalhadores da cana-de-açúcar nas microrregiões de Meia Ponte, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Rio dos Bois e Rio Vermelho apresentaram correlação significativa no aumento da criminalidade, tendo em vista a correlação da população investigada em razão do plantio e colheita da cana-de-açúcar e o número de ocorrências registradas. As microrregiões de Ceres e São Miguel do Araguaia não apresentaram este comportamento.

A Segurança Pública é um fenômeno social e, portanto, possui relação com outros fenômenos sociais como a educação, a saúde, a infraestrutura urbana, dentre outros. Apesar da expansão da cana-de-açúcar, ser uma realidade a ser trabalhada, pouco se investiu no campo do trabalhador rural. A falta da criação de políticas públicas, visando atender o trabalhador da cana-de-açúcar e suas necessidades, é um dos fatores que refletem no aumento da criminalidade, pois a maioria deixa suas casas em outros estados à procura de uma melhora de vida e salários dignos, mas nem sempre encontra estas condições.

Ao analisar os dados coletados também observa-se que estes são *inputs* importantes para estudos analíticos das políticas públicas ligadas à segurança pública. Através destes podemos ter uma radiografia das necessidades de cada microrregião, ou seja, como propiciar indicadores que permitam embasar as tomadas de decisão dos gestores públicos na aplicação ou não de recursos humanos, materiais e investimentos.

Também pode-se observar nos gráficos 01 até 07, dados que revelam que algumas microrregiões têm um acréscimo maior de crimes e contravenções. De qualquer forma, não pode-se atribuir a responsabilidade em sua totalidade somente à falta de combate à criminalidade por parte dos órgãos ligados à segurança pública, mas podemos sugerir que também a falta de infraestrutura em cada município colabora para este aumento.

Pode-se concluir que nos momentos em que há crescimento da cultura da cana-de-açúcar e que há necessidade de obtenção de mais mão-de-obra para

realizar os trabalhos inerentes aos canaviais há também um aumento de crimes e contravenções.

Em tempo, observado os dados ao longo do trabalho desenvolvido junto à Segurança Pública do estado de Goiás, os crimes são oportunidades oferecidas pelas vítimas, quando se descuidam deixando suas casas abertas para a ocorrência de furtos e roubos, quando dos eventos conhecidos como “bate-boca”, os indivíduos não se preocupam com possíveis vinganças que possam culminar em óbito ou homicídio. A presença de trabalhadores da cana-de-açúcar (“andorinhas”) oportuniza a prática de crime ou contravenção nas microrregiões estudadas, exatamente quando do aumento da produção da cana-de-açúcar.

Pretende-se aprofundar as análises dos dados coletados para esta dissertação de forma a embasar os estudos para tese de doutorado com foco na investigação dos motivadores ou ofensores (*top offenders*) de criminalidade com foco no indivíduo e em regiões com outras culturas de forma a promover *benchmark* e posterior *ranking* das ocorrências ligadas ao agronegócio no Estado.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE NETO, H. C.; MARQUES, C. C.; FURLANETTO, E. L. **A Aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica: O caso do arranjo produtivo de calçados de Campina Grande.** In: Relatório Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. 2008

ALVES, F.D. **Organização Espacial da Cana-de-açúcar no estado de São Paulo: Uma Análise Evolutiva.** In: 5º Encontro de Grupos de Pesquisa, Santa Maria, RS: GPET, 2009. Caderno Temático. v.único.

BAYLEY, D.H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional.** Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2001.

BECKER, G.S. **Crime and Punishment: An Economic Approach,** Journal of Political Economy, 169-217, 1968.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal.** Brasília-DF; Brasil, 1988.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

CASTRO, S.S. et al. **Estudo da Expansão da Cana-de-açúcar no Estado de Goiás:** subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. In: Segundo FÓRUM DE C&T NO CERRADO, 2, Goiânia, GO: SBPC Regional Goiás, 2007. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais no Cultivo da Cana-de-açúcar no Território Goiano. Caderno Temático. v.único.

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Goiás deve subir no ranking da produção sucroalcooleira.** Jornal eletrônico: Portal de Informações do estado de Goiás – Portal Caldas. Matéria: 08/01/2010. Disponível em: < <http://portalcaldas.blogspot.com.br/2010/01/goias-deve-subir-no-ranking-da-producao.html>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira: cana-de-açúcar 2010.** Terceiro levantamento de Goiás.: CONAB, SUREG-GO, 2010. Disponível em: <www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/GO> Acesso em: 15 mai. 2012.

CP. **Código Penal**. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2009

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 18.

DURANTE, M.O. **Experiência: Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública** - Secretaria Nacional de Segurança Pública -Ministério da Justiça – Brasília/DF, 2003

ESTEVAM, L. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás**. Editora do autor, 1998.

FAEG - Federação da Agricultura e Pecuária de Cana-de-açúcar de Goiás. **A situação Atual do Estado de Goiás em Relação ao cultivo da cana-de-açúcar e o mercado de biocombustíveis**. Matéria: 03/09/2008. Disponível em: <http://www.faeg.com.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=52>. Acesso: 29/05/2012.

FERES, J.G.; REIS, E.J.; SPERANZA, J.S. **Produção de Etanol e seus Impactos sobre o uso da terra no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro - RJ – VIII ENABER - 2009 - Associação Brasileira de Estudos Regionais

FERREIRA, M. **Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista**. Nova Economia, Belo Horizonte, edição especial, 1996.

FERRI, E. **Sociologia criminal**. São Paulo: Minelli, 2006.

GARÓFALO, R. **Criminologia: estudo sobre o delito e a repressão penal**. São Paulo: Teixeira & Irmão – Editores, 1893.

GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública e Justiça. **Plano Estadual de Segurança**. Goiânia-GO; SSPJ, 2010.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2010/default.shtm> Acesso em: 12 jul. 2012.

JESUS, D. E. de. **Código penal comentado**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOCHNER, L. **Education, work, and crime: a human capital approach**. *International Economic Review*, Pennsylvania, v. 45, n. 3, p. 811-843, 2004.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. São Paulo: Editora Ícone, 2007.

NASCIMENTO, M. N. **A parte amarga da cana-de-açúcar**. *Jornal eletrônico: Revista Espaço Acadêmico*. Matéria: 04/2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/047/47cnascimento.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

NOVAES, J.R.P. **Trabalho nos Canaviais: Os jovens entre a enxada e o facão**. *Ruris*. V.3 , N°1, março 2009.

OCDE - **Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em:<http://www.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_indicador.pdf>Acesso em: 17 jan 2012.

ORTIZ, L; MORENO, C.; BERMAN, C.; ASSIS, W.F.T. **Novos Caminhos para o mesmo lugar: a falsa solução dos agrocombustíveis**. Porto Alegre, RS: NAT/BRASIL, 2008. Disponível em: < <http://www.natbrasil.org.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento**. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG. 1999.

PIETRAFESA, J. P. **A expansão canavieira no estado de Goiás: sustentabilidade ou mito**. In: Comissão Pastoral da Terra. *Realidade e Conflitos no Campo*. Goiás, GO: 2007.

PIETRAFESA, J.P.; SAUER, S.; SANTOS, A. E. A. F. **Expansão das lavouras de cana em Goiás: ocupações de novos espaços em áreas de Cerrado e financiamento público**. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2010, Ipojuca. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural: América Latina: realiamientos políticos y proyectos en disputa. Ipojuca: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010. v. 1. p. 1-20.

PIETRAFESA, J.P.; SILVA, S. D. **Transformações no Cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. 328p.

POPULAR, O. **Goiás terá maior área para cana do Brasil**. Jornal, Goiânia, 2009. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2012.

ROBERT, P. **Sociologia do Crime**. Editora Vozes, Petrópolis. 2007

RODRIGUES, D.; ORTIZ, L. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil**. Instituto Vitae Civilis. Núcleo Amigos da Terra. Outubro 2006.

SAHOTA, G. S. **An economic analysis of internal migration in Brazil**. Journal of Political Economy, v. 76, n. 2, 1968.

SAS Institute. **SAS/STAT Software: changes and enhancements through release 9.1**. Cary, NC: SAS Institute Inc. 2002.

SENASP. **Apresentação dos planos Estaduais de Segurança**. Brasília-DF; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010.

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás. **Produção de álcool em Goiás vai crescer 78%**. Jornal eletrônico: Portal de Informações do estado de Goiás. Matéria: 25/04/2009. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/index.php/imagens.php?idMateria=44186>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

SILVA, M.A.M. **Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho**. Revista Pegada, v. 9, n.1, out./2008. Revista eletrônica. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39:artigos&id=546:producao-de-alimentos-e-agrocombustiveis-no-contexto-da-nova-divisao-mundial-do-trabalho&option=com_content&Itemid=78>. Acesso em: 25 mar. 2012.

SILVA, M. A. M. **Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Alcool”**, Agrária, São Paulo, n. 2, p. 2-29, 2005.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, A.A.; MIZIARA, F. **A Expansão da Fronteira Agrícola e a Localização das Usinas de Cana-de-açúcar.** Revista Sociedade & Natureza, mar. 2010. Em avaliação.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia.** Salvador: Universidade Salvador – Unifacs / Departamento de Ciências Sociais Aplicada II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

SSPJ. **Plano Estadual de Segurança Pública.** Goiânia-GO; Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, 2010.

UNICA - União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Relatório de Sustentabilidade 2008.** Disponível em: <<http://www.unica.com.br/download.asp?mmdCode=28BEB5F1-2D21...>> Acesso em: 10 a 20/04/2012.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 3. ed. v. 1 e 2. Brasília – DF: Editora universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.